

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 174/2021  
Data: 08/11/2021**



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA PARA O ARRENDAMENTO DE TERMINAL DO PORTO DE SANTOS TERMINA NA TERÇA (16).....	4
GREVE DOS CAMINHONEIROS: REUNIÃO PODE DEFINIR O FIM DA PARALISAÇÃO NESTE FIM DE SEMANA .....	5
NOVAS REGRAS PODEM ATRAIR INVESTIMENTOS PARA O PORTO DE SANTOS.....	6
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>7</b>
ANTAQ REALIZA CURSO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO - 2021 .....	8
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>8</b>
ECONOMIA DE ENERGIA: COMO ESCOLHER O MELHOR TIPO DE LÂMPADA? .....	8
VAGÃO ABANDONADO É TRANSFORMADO EM OBRA DE ARTE .....	11
5G, CLIMA E AS TRAVAS LOGÍSTICAS NO BRASIL.....	11
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>13</b>
FUTURO DO PORTO DE SANTOS SERÁ TEMA DE ENCONTROS VIRTUAIS .....	13
PROJETOS ICONICIDADES E REVITALIZAÇÃO DO PORTO VELHO .....	15
EMPRESAS QUE APLICAM ESG RECEBEM MAIS ATENÇÃO DE GRANDES INVESTIDORES .....	16
SPA: NOTA PARA A IMPRENSA – GREVE DE CAMINHONEIROS NO PORTO DE SANTOS.....	18
ESPECIALISTAS DEFENDEM QUE O OGMÓ É IMPRESCINDÍVEL NA GESTÃO DA MÃO DE OBRA AVULSA .....	18
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>19</b>
TERMINAIS PORTUÁRIOS EM DOIS ESTADOS DO NORDESTE TERÃO CERCA DE R\$ 222 MILHÕES DE INVESTIMENTO PRIVADO..	19
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>21</b>
EMPRESÁRIOS CUBANOS PEDEM A BIDEN QUE SUSPENDA SANÇÕES ECONÔMICAS .....	21
EMBARQUE DE MINÉRIO DO PAÍS CAI 64% NA MÉDIA DIÁRIA DO INÍCIO DO MÊS; SOJA DISPARA.....	22
DÉFICIT DA BALANÇA COMERCIAL NA 1ª SEMANA DE NOVEMBRO É DE US\$ 30,3 MILHÕES.....	22
COP-26: ABEEÓLICA DESTACA QUE SEGMENTO EÓLICO RECEBERÁ GRANDES INVESTIMENTOS.....	23
ECONOMIA DIGITAL EXPANDE-SE NO BRASIL EM RITMO ACELERADO, DIZ GUEDES .....	23
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>24</b>
RAÍZEN: LUCRO CRESCERÁ 57% NO TRIMESTRE E CHEGARÁ A R\$ 1,3 BILHÃO, PREVÊ CREDIT SUISSE.....	24
GOVERNISTAS AINDA APOSTAM EM APROVAÇÃO DA PEC NA 3ª APESAR DE DECISÃO DO STF .....	25
<b>ESTADO DE MINAS - MG</b> .....	<b>27</b>
AUMENTO DE PEDÁGIO VAI COMPENSAR CONCESSIONÁRIAS POR PERDAS NA PANDEMIA .....	27
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>28</b>
DIÁRIOS DA COP26: SEMANA DO ARTIGO 6 E O DIA DA ADAPTAÇÃO, PERDAS E DANOS.....	28
BOLSONARO REAFIRMA QUE QUER “SE LIVRAR” DA PETROBRAS, E GASOLINA ATINGE O MAIOR VALOR DO SÉCULO .....	31
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>34</b>
LIRA QUER VOTAR 2º TURNO DA PEC DOS PRECATÓRIOS NESTA TERÇA, ANTES DO FIM DO JULGAMENTO DO STF SOBRE EMENDAS .....	34
CONFEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DIZ QUE A PEC DOS PRECATÓRIOS VAI REDUZIR DÍVIDAS DAS PREFEITURAS EM R\$ 36,3 BILHÕES .....	35
REVISÃO DA TARIFA DO MERCOSUL AJUDA NA REDUÇÃO DO PREÇO DA COMIDA, DIZ GUEDES.....	36
BRASIL TERÁ NOVA USINA NUCLEAR ATÉ 2031, DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA .....	37
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>38</b>
BOLSONARO: ESTÁ CRESCENDO TENDÊNCIA DE CAMINHONEIROS PARAREM O BRASIL.....	38
LIRA PEDE AO STF QUE DERRUBE DECISÃO DE ROSA WEBER CONTRA PAGAMENTOS DO ORÇAMENTO SECRETO.....	39
MAIORES EMPRESAS DO PAÍS CRITICAM ATRASO DO MERCADO DE CARBONO EM PROPOSTA DE CARLA ZAMBELLI.....	40
GOVERNO MONTA ‘GRUPO PARALELO’ PARA MUDAR LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PETRÓLEO E GÁS.....	42
GOVERNO DO RIO ESPERA MOVIMENTAR R\$ 7,3 BI COM LEILÃO DE BLOCO REMANESCENTE DA CEDAE.....	43
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>44</b>
IMPORTAÇÕES CHINESES DE SOJA CAÍRAM 41% EM OUTUBRO .....	44
PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO SEGUE ABAIXO DE US\$ 100 EM PORTO CHINÊS .....	45
CONGONHAS TERÁ ÁREA INTERNACIONAL PRONTA PARA OPERAR ATÉ FIM DO ANO.....	45
SETOR DE ÓLEO E GÁS TERÁ INVENTÁRIO DE EMISSÕES.....	47



PETRORIO MIRA VENDA DE AÇÕES E DÍVIDA PARA COMPRAR CAMPOS DA PETROBRAS .....	48
SUZANO VAI MONTAR MEGAFÁBRICA COM APORTE DE R\$ 19,3 BI .....	49
AQUISIÇÃO DE ALBACORA E ALBACORA LESTE AUMENTA EM 120% A PRODUÇÃO DA PETRORIO, DIZ CITI.....	50
TRANSPORTE MARÍTIMO DEPENDE DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA REDUZIR EMISSÕES, DIZ SETOR.....	51
COM LEILÃO BEM-SUCEDIDO, 5G FAVORECE ALTA DA PRODUTIVIDADE .....	51
PARA REDUZIR EMISSÕES, TRANSPORTE MARÍTIMO DEPENDE DE INVESTIMENTOS E NOVASTECNOLOGIAS, DIZ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL.....	53
<b>G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO .....</b>	<b>53</b>
BRASIL AUMENTA INCENTIVO A COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA CONTRAMÃO DE METAS POR CLIMA.....	53
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>55</b>
RIO DE JANEIRO E BNDES LANÇAM EDITAL DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO.....	55
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>57</b>
PORTO DE NITERÓI OBTÉM LICENÇA AMBIENTAL .....	57
PORTO DE SUAPE PARTICIPA DO DESAFIO PRÓ-STARTUPS DA USINA PERNAMBUCANA DE INOVAÇÃO.....	57
COP26: MAERSK SE JUNTA À FIRST MOVERS COALITION.....	58
ALTO CUSTO COM FRETE DE CONTÊINERES ALAVANCA USO DE BIG BAGS .....	59
RICARDO FALCÃO É RECONDUZIDO À PRESIDÊNCIA DA PRATICAGEM.....	60
ARTIGO - O PROGRAMA BR DO MAR .....	60
CRUZEIROS AQUECEM A ECONOMIA CARIOCA NA TEMPORADA 2021/2022 .....	61
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>62</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	62



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA PARA O ARRENDAMENTO DE TERMINAL DO PORTO DE SANTOS TERMINA NA TERÇA (16)

Plano para leiloar STS53 preocupa o setor

Por: *Fernanda Balbino*



**Segundo o Concais, implantação do STS53 causará impactos e poderá até inviabilizar atracações** Foto: *Carlos Nogueira*

Termina na próxima terça-feira (16) o prazo de consulta pública aberto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para o arrendamento de um terminal de fertilizantes na região de Outeirinhos, no Porto de Santos. Trata-se do STS53, cuja área é marcada por

polêmicas e disputas contratuais.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, a área do terminal a ser licitado é composta por dois terrenos distintos, um adjacente ao cais e outro na retroárea. No total, conta com 87.981 metros quadrados de área. O lote está localizado em região destinada à movimentação de granéis sólidos minerais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos.

A retomada das operações com navios de cruzeiros no Porto de Santos, após 20 meses, voltou a chamar a atenção para um problema levantado pelo Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. Segundo a empresa, a implantação do STS 53 causará impactos e poderá até inviabilizar atracações de transatlânticos no local.

Isto porque, segundo o terminal, o projeto contempla utilização do berço denominado “frigorífico” para navios de fertilizantes/sulfatos, com fixação de equipamentos como shiploaders (descarregador de navios) e esteiras transportadoras, que são necessários para esse tipo de carga, em frente aos salões utilizados para embarque e desembarque de passageiros.

Em condições normais, o fluxo de pessoas no período da temporada gira em torno de 800 mil. Porém, neste ano, por conta da pandemia, até abril, são esperadas 237 mil pessoas no terminal.

Segundo informações preliminares, o berço de atracação para navios de passageiros ficará com aproximadamente 220 metros, em frente ao Concais. No entanto, atualmente os navios que atendem os cruzeiristas brasileiros têm de 300 a 350 metros de comprimento.

Outras questões A área que o Governo pretende utilizar envolve intensas disputas. Uma delas é com o Grupo Marimex, que garantiu a continuidade de suas operações até o fim do contrato da Portofer, em 2025, após uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

A empresa também recorreu à Justiça após o Governo Federal recusar a prorrogação do arrendamento, por entender que a área deve virar um cluster de fertilizantes.

Outro ponto de tensão envolve o contrato da Bandeirantes, que também esperava permanecer na área, mudando o foco de suas operações. A empresa pediu a renovação do contrato e apresentou um plano de investimentos.

Porém, segundo o terminal, não houve retorno. “Aguardamos a análise definitiva, pelo poder concedente, de seu pedido de renovação contratual por mais 20 anos para a operação de fertilizantes na área, conforme previsto no novo PDZ, com investimentos imediatos da ordem de R\$ 240 milhões. O plano de investimentos foi submetido em 2020 e, até o momento, não teve a devida apreciação de sua vantajosidade realizada”.

### **Ministério estuda como usar espaço**

Segundo o Ministério da Infraestrutura, está incorreta a afirmação de que o STS53 irá utilizar o cais atualmente ocupado pelo Terminal de Passageiros. A pasta afirma, ainda, que serão feitos estudos para garantir a viabilidade das operações.

“A implantação de novas infraestruturas para atender ao STS 53 será precedida de projeto que viabilize as operações previstas para o local e que incorpore novas tecnologias mais avançadas e adequadas ambientalmente”, destacou a pasta, em nota.

Com relação à afirmação de que a instalação do terminal STS 53 utilizará o cais atualmente ocupado pelo Concais, salienta-se que esse entendimento está incorreto. “Isso porque o futuro arrendatário do terminal STS53 terá - dentre suas obrigações contratuais - a execução da obra de alinhamento do cais de Outeirinhos, no trecho compreendido entre os berços do Armazém 23, Armazém Frigorífico e Curva do 23, o que proporcionará expansão de capacidade do sistema aquaviário do Porto de Santos para atender as operações de granéis minerais. Desse modo, o projeto prevê a coexistência pacífica entre ambos os terminais bem como das diferentes tipologias de carga”.

### **Concais**

O Concais, informa que está acompanhando atentamente o processo e tem apontado suas preocupações sobre as possíveis interferências operacionais às autoridades. “Nessas reuniões, inclusive com a participação da Prefeitura de Santos, eles têm afirmado que respeitarão o atual contrato do Concais e estarão atentos para que não haja nenhuma interrupção no atendimento aos navios de passageiros no Porto de Santos, pois isso seria catastrófico para a economia e para todo o setor de Cruzeiros Marítimos no Brasil, uma vez que Santos embarca mais 60% dos passageiros no País”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*  
*Data: 06/11/2021*

## **GREVE DOS CAMINHONEIROS: REUNIÃO PODE DEFINIR O FIM DA PARALISAÇÃO NESTE FIM DE SEMANA**

Grupo de caminhoneiros e representantes de sindicato se reúnem neste sábado (6)

*Por: ATribuna.com.br*



**Grupo de manifestantes protesta no Porto de Santos neste sábado Foto: Reprodução/TV Tribuna**

Às vésperas de completar uma semana, a greve dos caminhoneiros pode terminar neste fim de semana. O futuro da paralisação pode ser definido em uma reunião que acontece neste sábado (6) entre um grupo de caminhoneiros e representantes do sindicato da categoria. As

informações são da TV Tribuna.

Ainda neste sábado, outros profissionais seguem realizando protestos no Porto de Santos. Desta forma, o policiamento foi reforçado, inclusive com a presença de helicóptero da Polícia Rodoviária

Federal (PRF) e instalação de gradis para evitar que os profissionais não passem para ambiente do Retão da Alemoa.

Entre as reivindicações da categoria, está principalmente a alta do preço do diesel, assim como a questão da aposentadoria especial com contribuição de 25 anos e do frete mínimo.

Em nota divulgada neste sábado, a Santos Port Authority (SPA) informou que o acesso ao Porto de Santos flui normalmente, não havendo qualquer retenção ao tráfego nem concentração de caminhões parados. Além disso, enfatizou que as operações que estiveram com alguma interferência até sexta-feira estão sendo retomadas e não há impedimento do acesso de veículos

"A Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Guarda Portuária, sob a coordenação da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos-SP), órgão responsável pela segurança pública portuária, atuam numa força-tarefa estratégica para garantia da fluidez das cargas por meio do maior porto marítimo da América Latina. Desde a madrugada de quinta-feira (4) um efetivo de 200 homens foi destacado para formar um grande corredor de segurança desde o acesso aos terminais até a subida da Serra do Mar", dizia a nota.

Além disso, a SPA ainda explicou que as forças de segurança realizam escoltas de caminhões na saída, na chegada e dentro do Porto. O objetivo é evitar atos de vandalismo e garantir a segurança dos que não aderiram à greve.

O Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan) também encaminhou uma nota, dizendo que continua atuando para garantir a retomada das operações das empresas de transporte.

De acordo com o posicionamento, a retomada gradual está sendo possível por conta do apoio policial "que não estão medindo esforços para dar a retaguarda solicitada pelas empresas de transporte". Ainda segundo a nota, aos poucos, as empresas começam a operar em certos pontos do Porto de Santos.

"Permanecemos na expectativa do restabelecimento da ordem e normalidade das atividades o mais rápido possível, e nos colocamos à disposição para dirimir sobre o que for necessário"

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 06/11/2021**

## NOVAS REGRAS PODEM ATRAIR INVESTIMENTOS PARA O PORTO DE SANTOS

A alteração na estratégia regulatória foi debatida no Summit Portos 5.0, promovido pelo Grupo Tribuna

**Por: Redação**



**Plano de renovação do contrato da BTP, no Alemoa, é exemplo do quanto uma nova regulamentação pode atrair recursos** Foto: Carlos Nogueira/AT

Uma alteração na estratégia regulatória dos portos brasileiros depende de uma mudança cultural e poderá garantir maiores investimentos. A agilização de processos de renovação antecipada de contratos está na lista de pedidos do setor para que novos aportes sejam feitos em equipamentos e obras de expansão.



O plano de renovação do contrato da Brasil Terminal Portuário (BTP), que fica na Alemoa, no Porto de Santos, é um exemplo. A empresa se compromete a investir mais de R\$ 1 bilhão na instalação, caso seu arrendamento seja prorrogado até 2047. Mas o pedido está em análise no Governo Federal desde maio.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, a mudança no olhar regulatório está em andamento, mas ainda representa um grande desafio no setor portuário. E, segundo ele, o órgão está empenhado em mudar procedimentos. Porém, o executivo cita as amarras da legislação, que geram um “efeito perverso” aos usuários.

A afirmação foi feita durante o Summit Portos 5.0, promovido pelo Grupo Tribuna em Brasília. “Isso é obrigação que deveria ser ação do Estado e não pode ficar na iniciativa do gestor da vez. Existe o problema de sobreposições (de órgãos) e deveria haver um pacto, uma ação coordenada com Executivo, Legislativo e Judiciário”, afirmou Nery.

O coordenador geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU), Manoel Moreira, levanta a mesma questão, com a necessidade de reforçar o papel das instituições. “Temos constatado isso, precisamos avançar bastante e é um papel fundamental do Tribunal auxiliar nesse processo de institucionalização”. E completa: “Temos a missão única de tornar o processo mais transparente, mais bem informado e bem refletido e, por último, com uma decisão desinteressada do ponto de vista pessoal”.

### Projeto

Segundo o diretor de Investimentos da TIL e presidente do Conselho de Administração da BTP, Patricio Junior, o montante a ser investido em obras e compra de equipamentos aguarda por uma definição do Governo Federal. “Porto quando faz investimento ganha eficiência. E isso reflete no custo final”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 06/11/2021*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ começa hoje (08), às 12h, sua 512ª Reunião Ordinária de Diretoria. ROD será virtual Reunião será virtual, via SEI, e terá a duração de 48h

Compartilhe: Compartilhe por Facebook Compartilhe por Twitterlink para Copiar para área de transferência

Publicado em 08/11/2021 14h09 Atualizado em 08/11/2021 14h12

AAgência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realiza a sua 512ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 12h de 08 de novembro às 12h de 10 de novembro.

### Reuniões virtuais

Nesta modalidade de reunião cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões. Após a finalização do prazo para manifestação, o resultado das deliberações poderá ser consultado no link abaixo:

[www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/resultado-das-reunioes-virtuais-da-diretoria-1](http://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/resultado-das-reunioes-virtuais-da-diretoria-1)

**Clique aqui acessar a pauta da 512ª Reunião Ordinária Virtual de Diretoria da ANTAQ.**

[https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/copy3\\_of\\_Pauta512ROD.pdf](https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/copy3_of_Pauta512ROD.pdf)

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520  
FAX: (61) 2029-6517  
E-mail: asc@antaq.gov.br  
Data: 08/11/2021

### ANTAQ REALIZA CURSO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO - 2021

Mais de cem servidores participarão do treinamento que terá palestras e visitas técnicas  
Compartilhe: Compartilhe por Facebook Compartilhe por Twitterlink para Copiar para área de transferência



#### **Gabriela Costa e Rossandro Klinjey: ensinamentos sobre inteligência emocional**

A Superintendência de Fiscalização da ANTAQ iniciou, nesta quinta-feira (4), o Curso Anual de Fiscalização - 2021. A capacitação, que seguirá até o dia 12, terá em sua programação uma série de palestras. Haverá, também, uma visita técnica à área de jurisdição da Unidade Regional de Vitória (UREVT), nos dias 16 e 17. Nesta edição, mais de cem servidores participarão de pelo menos uma atividade prevista no treinamento.

**Entre as instalações a serem visitadas estão o Porto de Vitória, o Porto de Barra do Riacho e o TUP de Tubarão**

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, abriu oficialmente os trabalhos, destacando a importância da capacitação para a troca de conhecimento e atualização dos temas entre os fiscais. Houve, ainda, uma palestra proferida pelo psicólogo, professor e consultor em educação, Rossandro Klinjey, que abordou o tema “A inteligência emocional e como usá-la na nova rotina”.

Na sequência, houve apresentações da superintendente de Fiscalização, Gabriela Costa, que palestrou sobre as alterações da metodologia da fiscalização responsiva para 2022; do gerente de Fiscalização da Navegação, Fábio Fonseca, que falou sobre a aderência do assunto ao direito regulatório e sobre as mudanças que já se estudam para o próximo Plano Plurianual de Fiscalização - PPF 2023 a 2026; e do gerente de Planejamento e Inteligência da Fiscalização, Pedro Soares, que abordou a aplicação prática da fiscalização responsiva para o Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2022. Por fim, a procuradora federal junto à Agência, Natália Moyses, ressaltou pontos jurídicos dentro do processo sancionador. A procuradora federal, Patrícia Martins de Sá, também participou da apresentação.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ  
Fone: (61) 2029-6520  
FAX: (61) 2029-6517  
E-mail: asc@antaq.gov.br  
Data: 08/11/2021



### PORTAL PORTO GENTE

#### **ECONOMIA DE ENERGIA: COMO ESCOLHER O MELHOR TIPO DE LÂMPADA?**

Assessoria de Comunicação

*Professor de Engenharia Elétrica dá dicas para você escolher o melhor custo-benefício*



As lâmpadas de uma casa podem representar até 10% do consumo da conta de luz de uma residência. Se você está pensando em economizar, o seu bolso vai agradecer as dicas que o professor do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade Anhanguera, Alexandre Cintra, separou para ajudar os consumidores a escolherem a lâmpada de melhor custo-benefício.

### **Lâmpadas**

"Com muita gente ainda de home office, por causa da pandemia de Covid, para quem quer ver conta de energia elétrica diminuir de valor, é importante rever as lâmpadas da casa. A princípio, trocar todos os pontos de luz da residência pode ser um investimento alto, mas certamente o valor investido agora será diluído com o passar do tempo, gerando economia; pois o que se leva em consideração no consumo de energia é a potência elétrica, e nos casos das lâmpadas em Led, tem-se uma menor potência e a mesma quantidade de lúmens (fluxo luminoso) de uma lâmpada convencional", diz o professor.

### **LÂMPADAS DE LED**

As lâmpadas de LED (Light Emitting Diode) são as campeãs em eficiência. No mercado, é oferecida uma infinidade de opções, em formato clássico de lâmpadas, além de cordões e fitas.

Como funcionam? Em seu interior, há um componente eletrônico chamado "diodo", que permite a passagem da corrente elétrica em apenas um sentido. A lâmpada é formada por vários diodos emissores de luz, ligados em um circuito elétrico.

Quanto economiza? As lâmpadas de led são 80% mais econômicas que as incandescentes, e 30% mais econômicas que as fluorescentes.

Vida útil: média de 25 mil horas.

Poder de iluminação: uma lâmpada led de 10w tem a mesma capacidade de iluminação que uma incandescente de 60w ou uma fluorescente de 15w.

Prós: são menos descartadas no meio ambiente, por terem vida útil maior.

Contras: além do preço, está o fato de que as lâmpadas LED possuem ângulo de abertura menor. Isso pode ser um ponto positivo se você quiser fazer uma iluminação direcionada, mas pode prejudicar se a ideia é iluminar um ambiente amplo.

Preço médio: depende do ambiente que se quer iluminar; lâmpadas com potência baixa podem ser encontradas na internet a partir de R\$ 5.

### **LÂMPADAS TURBO LED**

Boa opção para substituir as antigas lâmpadas fluorescentes tubulares, mas ao contrário das primeiras, as turbo não precisam de reator para funcionar. Assim como as lâmpadas led tradicionais, têm vida útil longa.

Como funcionam? Da mesma forma que as leds tradicionais, a única diferença é o tamanho.

Quanto economiza? As lâmpadas de led são 80% mais econômicas que as incandescentes, e 30% mais econômicas que as fluorescentes.

Vida útil: média de 25 mil horas.



Poder de iluminação: uma lâmpada led de 10w tem a mesma capacidade de iluminação que uma incandescente de 60w ou uma fluorescente de 15w.

Contras: custo elevado.

Prós: são vendidas em quatro cores, além da branca (azul, amarelo, verde e rosa), despertando a criatividade do consumidor para decorar ambientes, além de possuírem tamanhos diferentes.

Preço médio: os modelos mais simples são encontrados na internet, em média, por R \$ 20.

### **LÂMPADAS HALÓGENAS**

Esses modelos costumam ser muito usados por arquitetos e decoradores na ambientação de projetos, pois são ótimas para destacar jardins ou objetos.

Como funcionam? Este modelo possui em seu interior um filamento de tungstênio, assim como as antigas lâmpadas incandescentes. Contudo, o bulbo contém gás halógeno (que pode ser bromo ou iodo) ao contrário dos gases usados na incandescente (argônio ou o criptônio).

Quanto economiza? As lâmpadas halógenas são 30% mais econômicas que as incandescentes.

Vida útil: média de 4 mil horas.

Poder de iluminação: têm mais brilho do as de led e incandescentes.

Contras: não é tão econômica quanto as lâmpadas compactas e fluorescentes. É preciso cuidado na hora da troca e não se deve encostar na lâmpada quando está ligada, o calor pode provocar queimaduras.

Prós: oferece luz mais "real", parecida com a luz solar e permite efeitos de iluminação no ambiente.

Preço médio: os modelos mais simples são encontrados na internet, em média, por R \$ 10.

### **LÂMPADAS FLUORESCENTES**

São muito consumidas pelos brasileiros, devido ao preço, variedade de formatos e tamanhos e cores (branca, amarela, neutra ou colorida).

Como funcionam? São compostas por um vidro coberto por um material à base de fósforo, e dentro delas há gases inertes a baixa pressão que se ionizam quando é aplicada uma corrente elétrica, gerando luz.

Quanto economiza? Uma única lâmpada fluorescente de 15w vale por uma incandescente de 60w, barateando a conta de luz em até 80%.

Vida útil: média de 7,5 mil a 8 mil horas.

Contras: não é tão barata e possui vida útil menor, gerando mais resíduos ao meio ambiente.

Prós: ilumina sem "esquentar" o ambiente, são conhecidas como lâmpadas frias.

Preço médio: os modelos mais simples são encontrados na internet, em média, por R \$ 10.

### **ESQUEÇA AS INCANDESCENTES!**

Essas todo mundo conhece! Atualmente, seu comércio é proibido no Brasil, por consumir muita energia elétrica.

Como funcionam? A luz é emitida quando a corrente elétrica passa pelo filamento de tungstênio contido no interior do bulbo.

Vida útil: média 1 mil horas.

Contras: por conta da vida útil curta, gera mais resíduos ao meio ambiente.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/11/2021

## VAGÃO ABANDONADO É TRANSFORMADO EM OBRA DE ARTE

Assessoria de Comunicação

*Ação realizada na estação ferroviária de Joaquim Murtinho, inaugurada no início do século XX no interior de Minas Gerais, é patrocinada pela MRS Logística*

Um vagão de 100 m<sup>2</sup> parado há anos na estação ferroviária de Joaquim Murtinho, inaugurada em 1914 no interior de Minas Gerais, já sofria as intempéries do abandono. Antes avermelhado pela ferrugem, é agora uma explosão de cores pelas mãos do artista Celo (Marcelo Henrique Duarte). A ação realizada pela Fábrica de Graffiti ([fabricadegraffiti.com.br](http://fabricadegraffiti.com.br)) – projeto que humaniza distritos industriais por meio da arte de rua –, com patrocínio da MRS Logística, transformou o antigo vagão em um refúgio aos olhos da comunidade.



***Vagão Rumo - Divulgação/Fábrica de Graffiti. Artista Celo (Marcelo Henrique Duarte) em ação realizada pela Fábrica de Graffiti.***

A ação foi realizada em quatro etapas: raspagem da camada de ferrugem; cobertura com zarcão, que tem propriedades anticorrosivas; pintura em estilo graffiti; e revestimento com verniz, para garantir durabilidade à pintura.

Paula Mesquita Lage, fundadora e produtora executiva da Fábrica de Graffiti, explica que a ação é também uma referência à essência da cultura hip hop: "Nos anos 1970, os vagões de metrô de Nova York eram grafitados para 'marcar território' em um momento em que a arte de rua era muito marginalizada. Foi algo que marcou uma década e entrou para a história do graffiti, por isso é tão simbólico pintar um vagão."

Celo começou sua carreira artística em 2004 com a intenção de acrescentar algo positivo ao cotidiano dos moradores de sua comunidade, Cabana do Pai Tomás, em Belo Horizonte. "Sempre gostei de desenhar. Em 1997 vi na TV uma matéria de uns caras usando tubos de spray pra fazer uma pintura e decidi que queria fazer o mesmo. Depois do meu primeiro contato com o spray, me apaixonei pela cultura hip hop como um todo. Mas ainda é difícil encontrar instituições que acreditem na capacidade de artistas que vêm da periferia", comenta o grafiteiro. Veja a participação dele aqui.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/11/2021

## 5G, CLIMA E AS TRAVAS LOGÍSTICAS NO BRASIL

Editorial Portogente

*As cadeias de suprimentos tradicionais estão sofrendo uma pressão considerável, pois a demanda por serviços a qualquer hora, em qualquer lugar, de qualquer dispositivo e o uso de novas tecnologias aumentam o alcance e a amplitude da escolha do consumidor.*

Por miopia estadista e gestão medíocre, o Brasil demorou quase dois anos na contratação da 5ª Geração da Internet, na semana passada, e larga atrasado na corrida para o futuro. Perde ganho de produtividade e, em consequência, o produto nacional fica em desvantagem num mercado veloz e informacional. Uma festa pobre para celebrar os 200 anos de independência.



**Leia também: PNL 2035 tem foco no governo e não alcança o futuro - Portogente**

<https://www.portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114609-pnl-2035-tem-foco-no-governo-e-nao-alcanca-o-futuro>

Na produção e logística ocorrerão os ganhos mais visíveis, pela automação, em um processo até cem vezes mais veloz do que a atual 4G. Essa realidade afeta o governo, a política, economia, empresas, a sociedade e a visão do mundo. Sob o aspecto social e econômico, corta empregos e afeta o mecanismo do mercado. Ao passo que será fundamental para reverter a crise climática terrível que assola o Brasil, no cenário mundial e se assistiu na COP-26.

**Leia também: Como os negócios on-line se beneficiarão da conexão 5G? - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias-corporativas/114099-como-os-negocios-on-line-se-beneficiarao-da-conexao-5g>

Cooperando para a assimilação necessária desse processo de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial, Portogente nesta quinta-feira, 11, inicia o programa de palestras "Condomínios Logísticos na Era da Tecnologia". Informações úteis ao uso adequado das novas tecnologias, otimizando o atendimento à demanda com a capacidade de realizar investimento. Um dos setores de forte crescimento com a tecnologia 5G. Um cenário ainda na teoria e que vai exigir muitos investimentos do governo e operadores. Com horizonte gerador de trabalho e riqueza.

**Leia também: Tecnologia conecta condomínios logísticos e mercados - Portogente**

<https://www.portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114600-tecnologia-conecta-condominios-logisticos-e-mercados>

A tecnologia 5G acelera, sincroniza movimentos com precisão e dá maior controle da produção e distribuição. Esta será a conexão das cadeias mundiais da logística e de suprimentos. Irá definir a produtividade e competitividade do produto nacional no comércio internacional. E, portanto, o custo do produto na prateleira do mercado brasileiro. A perda de tempo absurda, para evitar ao que se chegou, resultou em atraso ao nosso desenvolvimento.

**Leia também: Santos2050: um projeto para mais de US\$ 25 bilhões - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114493-santos2050-um-projeto-para-mais-de-us-25-bilhoes>

Essa miopia que atrasou a 5G também apequena as soluções logísticas brasileiras para alcançar o novo tempo. O Plano Nacional de Logística - PNL e o Programa de Desestatização dos Portos condenam a competitividade da produção nacional ao passado. Atendem ao presente, com imediatismo e contratos de 25 anos, desprezando o advento de novos padrões do comércio. Portogente há tempo denuncia e demonstra essa trava terrível ao progresso.

**Leia também: Governo decide pelo túnel para ligar margens do Porto de Santos, diz Diogo Piloni - Portogente**

<https://portogente.com.br/cais-das-letras/114527-governo-federal-decidiu-pela-construcao-de-um-tunel-para-ligar-as-duas-margens-do-porto-de-santos-diz-diogo-piloni>

Como bem clama Patrícia Lascosque, presidente do Conselho da Associação dos Terminais Portuários Privados - ATP: "nós não queremos apenas ser ouvidos; queremos ser considerados."

**Leia também: COP 26 o marco de uma nova era da sustentabilidade - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114607-cop-26-o-marco-de-uma-nova-era-da-sustentabilidade+>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/11/2021



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### FUTURO DO PORTO DE SANTOS SERÁ TEMA DE ENCONTROS VIRTUAIS

Informação: BoqNews (8 de novembro de 2021)



Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Em 2 de fevereiro de 2022 o Porto de Santos vai completar 130 anos de existência, justamente quando o Governo Federal e o Ministério de Infraestrutura pretendem privatizar a gestão, representada atualmente pela Autoridade Portuária.

Com o objetivo de promover uma reflexão sobre o modelo ideal de gestão portuária e, principalmente, qual deve ser a modelagem ideal para a provável desestatização e de privatização do acesso ferroviário do Porto, a EGO Comunicação está promovendo a I Jornada 130 Anos do Porto de Santos – Por um porto mais moderno e eficiente. O evento consiste inicialmente em três encontros virtuais – webinars – com especialistas, técnicos e acadêmicos para abordar temas com diferentes pontos de vista.

A série de conferências propõe refletir sobre a importância de que um eventual processo de desestatização, se realmente adotado, seja feito de forma transparente, com ampla discussão pela sociedade, onde todos os players possam opinar e colaborar para a tomada de decisões e, principalmente, que o exame dos modelos de gestão permita identificar as melhores soluções, priorizando modernidade, competitividade e eficiência. Além de garantir segurança jurídica, regulatório moderno, respeito aos contratos existentes e, principalmente, isonomia na participação das empresas envolvidas na futura gestão.

Os pilares da jornada estão assentados sobre 4 eixos principais: administração e gestão; economia e finanças; infraestrutura, e jurídico/regulatório. Conforme os organizadores, o momento requer conhecer modelos de gestão de portos existentes dentro e fora do país, e os efeitos e repercussões econômicas, financeiras, operacionais e administrativas decorrentes de uma possível mudança de comando.

A iniciativa conta com o apoio da OEB – Ordem dos Economistas do Brasil; FIA – Fundação Instituto de Administração (Fundada em 1980 por professores e colaboradores da Escola de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo – USP) e Curso de Engenharia da Universidade Santa Cecília – Unisanta.

É importante que estudiosos, técnicos e especialistas tenham a oportunidade de sugerir ideias, modelos e novos formatos, num debate que envolva empresas, trabalhadores, operadores, os municípios e suas populações. "Dada a importância para a região e para o Brasil, nós nos



sentimos na obrigação de criar um evento para refletir sobre o presente e o futuro do Porto de Santos. Elo fundamental do sistema logístico nacional, com influência em quase todas as cadeias produtivas e no desenvolvimento do País, será fundamental ouvir as considerações do maior número possível de interessados sobre os melhores modelos para a desestatização do porto, se ela vier a ser realmente adotada. É muito pertinente fazer isso agora, antecedendo o aniversário de 130 anos do porto, no ano que vem”, disse Américo Barbosa, CEO da EGO Comunicação.

A Jornada antecipa o aniversário de fundação do complexo, considerado porto organizado desde 2 de fevereiro de 1892, quando a primeira concessão, pelo prazo de 90 anos, foi dada ao grupo formado por José Pinto de Oliveira, Cândido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle, João Gomes Ribeiro de Aguiar, Alfredo Camilo Valdetaro, Benedito Antônio da Silva e Barros e Braga & Cia. Após este período, a gestão voltou a ser pública novamente, sob o comando da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp. Em 1992, houve a privatização de terminais portuários.

O complexo portuário santista deve fechar o ano de 2021 com movimentação superior a 150 milhões de toneladas, acima do recorde do ano passado, de 146,6 milhões t. A movimentação de contêineres foi de 4,23 milhões TEU(s). Com este desempenho, Santos mantém a participação histórica ao redor de um terço da corrente de comércio exterior brasileira. O Porto de Santos é a melhor opção logística para cargas de exportação e importação para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Incluindo a cabotagem, Santos atende aos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rondônia, Tocantins, Sergipe e Paraíba. Localizado em São Paulo, estado com um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 2,38 trilhões de reais (dados Seade, 2020), aproximadamente 90% do parque industrial paulista fica a menos de 200 km do Porto de Santos.

### Webinares

Os webinares serão realizados em 25, 29 e 30 de novembro, em conferências pelo aplicativo Zoom, das 19h00 às 21h30. Cada participante convidado terá de 15 a 20 minutos para explanar sua contribuição, abordando os temas propostos e mostrando modelos pré-existentes em outras partes do mundo, para que a modelagem da privatização seja abrangente, técnica e equilibrada. Permitir um sistema de gestão transparente, participativo, com isonomia e com oportunidades iguais para operadores e usuários é um objetivo a ser perseguido. A pauta inclui também abordar a privatização de acessos ferroviários, como a Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS, prevista pelo Ministério da Infraestrutura.

O professor de economia, Luiz Carlos Barnabé Almeida, vice-presidente da OEB afirma que a privatização é importante para viabilizar investimentos, reduzir custos e permitir, definitivamente, a passagem do Brasil da categoria de subdesenvolvido para a de país desenvolvido. Ele destaca ainda a necessidade de viabilizar um porto 100% privado e ágil, a fim de permitir que as empresas brasileiras produzam e participem da escala global de valor. “Para ter sucesso uma empresa não pode produzir apenas para o mercado interno”, afirma, defendendo o aumento de produção com a participação no comércio exterior.

“Nosso olhar tem que ser o olhar para esta passagem, um olhar de privatização e também de segurança jurídica. Temos que criar caminhos para buscar segurança jurídica para o capital, principalmente internacional, aportar no Brasil e investir no Porto de Santos. Temos de buscar poupança internacional e ela vem com segurança jurídica, com projetos liberais, respeito à propriedade privada e escolha correta das pessoas, numa visão de longo prazo”, disse vice-presidente da OEB.

O professor Áureo Emanuel Pasqualetto Figueiredo, diretor da Faculdade de Engenharia da Unisanta considera os webinares oportunos para levantar diversos questionamentos e reflexões. “Quem e como serão os futuros responsáveis pela gestão do porto? Serão gestores experientes, comprometidos com a sustentabilidade? Como enfrentar o desafio da modernidade, da transformação com novos navios e novas tecnologias notadamente de automação?”, pergunta.

Há muitas situações, que segundo ele, são complexas e que não podem ser simplificadas. “Hoje os focos de debate apontam à mudança de gestão, na perspectiva de privatização da Autoridade Portuária. Temos um porto consolidado, com movimentação expressiva e crescente. E com muitos aspectos essenciais a melhorar, principalmente em questões de caráter ambiental, de segurança, de gestão, de infraestrutura, e de relações com a comunidade”, afirma.

O apresentador da série de eventos será o jornalista e advogado Marcelo Pavão. Ele destacou o fato de a série não ser patrocinada por empresa ou grupo privado, o que permite total independência e liberdade para abordagens abrangentes e isentas. O formato adotado permitirá ainda a participação livre da Imprensa. “Fazer parte de um projeto que tem por objetivo discutir o futuro do maior porto da América Latina é motivo de honra e orgulho. Mais ainda quando são reunidos especialistas e profissionais reconhecidos em todo o Brasil. De forma 100% virtual, os convidados falarão sobre temas essenciais à eficiência e desenvolvimento do complexo portuário de Santos, que completará em poucos meses 130 anos. Haverá ainda a participação da grande imprensa, que poderá fazer perguntas diretamente aos especialistas palestrantes. É imperdível”, disse, estendendo o convite a todos os interessados. O link para a participação será divulgado em breve.

### Temas

Além de temas relacionados às alterações na administração – hoje na forma de Autoridade Portuária -, os webinars vão abordar os impactos e consequências de uma eventual transição do modelo público para o privado caso realmente ocorra. Além de tratar de questões históricas, como segurança das operações, sustentabilidade, infraestrutura e regulamentação, como regras de atração, Plano de Desenvolvimento e Zoneamento.

A autorização e a instalação de novas atividades, que possam trazer riscos, como por exemplo, a construção de terminais para gás, também devem ser tema de reflexão para a sociedade. Uma instalação com esta finalidade traria para Santos navios especialmente dedicados, já popularmente batizados de navios-bomba. Capazes de armazenar mais de 100 mil m<sup>3</sup> de gás, um único navio como este oferece risco potencial equivalente ou superior a dezenas de bombas atômicas como a de Hiroshima. A questão não é pacífica e tem ação contrária da Justiça do Estado de São Paulo. A explosão de 2020 em um porto, em Beirute, no Líbano, é um exemplo dos riscos que devem ser evitados.

A série de eventos 130 Anos do Porto de Santos conta com o apoio de grandes veículos de Imprensa, fundamentais para ampliar a reflexão sobre o futuro do maior complexo portuário da América do Latina, à luz de todas as questões relacionadas e que devem ser levadas para o grande público.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 08/11/2021*

## PROJETOS ICONICIDADES E REVITALIZAÇÃO DO PORTO VELHO

*Informação: Informativo dos Portos (8 de novembro de 2021 )*



**Foto: Divulgação Informativo dos Portos**

A Portos RS e a Prefeitura Municipal concentraram esforços nos últimos dias para o tratamento de pautas importantes para o desenvolvimento do município: o projeto Iconicidades e a revitalização do Porto Velho. Desde a última quarta-feira (3), reuniões foram realizadas com a presença de representantes dos setores envolvidos.

Nesta sexta-feira (5), o diretor da Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão, Hiparcio Stoffel, esteve em Rio Grande para explicar como funcionará o concurso público que escolherá o projeto vencedor. Ele também esteve nos Molhes da Barra para conhecer de perto o local escolhido.

Já neste sábado, os arquitetos Maurício Prochnick e Marta Prochnick, acompanhados do também arquiteto Márcio Lontra, do prefeito municipal, Fábio Branco, do superintendente da Portos RS, Fernando Estima, e da diretoria da Portos RS debateram o projeto de revitalização do Porto Velho.

A agenda também foi acompanhada pelo diretor do complexo de museus da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Lauro Barcelos. Na oportunidade, foi debatida a melhor forma para a elaboração da carta consulta que será encaminhada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Foram dias importantes para atualizarmos as informações e nos prepararmos para como acessarmos recursos das mais diversas formas para que ao virar o ano possamos ir para a prática de recuperação dessas áreas”, explicou Estima.

“Mais uma etapa importante na elaboração da carta consulta junto ao BNDES para que a gente consiga viabilizar esse projeto de revitalização do Porto Histórico tão importante e fortalecendo cada vez mais essa parceria governo do estado com a Prefeitura de Rio Grande. Trata-se de um projeto transformador que levará o centro da cidade a um outro patamar turístico”, disse o prefeito municipal, Fábio Branco.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 08/11/2021*

## EMPRESAS QUE APLICAM ESG RECEBEM MAIS ATENÇÃO DE GRANDES INVESTIDORES

*Informação: Santaportal (8 de novembro de 2021)*



**Foto por: José Luiz Borges / Divulgação Santaportal**

A indústria de petróleo e gás oferece riscos para o meio ambiente. No entanto, com o ESG (Environmental, social and corporate governance) é possível não só garantir mais segurança, como também atrair mais investidores. Conforme o promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo e coordenador pedagógico do curso de Direito da Universidade Santa Cecília, Dr. Fernando Reverendo Vidal Akaoui, cada vez mais

as empresas buscam adotar boas práticas.

“No setor, estamos falando de emissão de gases e vazamento de óleos e gás. O licenciamento ambiental é sujeito a apresentação e análise de estudos de impacto ambiental. É preciso ter um planejamento para minimizar os riscos. As boas práticas, nesse caso, precisam ser verdadeiras e enraizadas, isso em todas as atividades do setor econômico”.

Akaoui destaca que a compliance também é importante, principalmente levando em consideração o número de empresas envolvidas em atividades ilícitas.

“Não foi a empresa em si, foi o gestor, quem estava à frente no momento, mas o revés se deu na empresa. Os investidores sofreram as consequências, que não se pautaram pela ética devida.



Ainda que algumas tenham sobrevivido, provavelmente o lugar no trabalho é outro completamente diferente que tinha até então”, disse.

Para ele, faltou compliance, com uma gestão interna que pudesse evitar a promiscuidade com aqueles que não se pautavam pela ética.

### **Tendências nacionais de ESG**

Conforme a diretora jurídica na Subsea 7, Bianca Soares, o ESG é um conjunto de fatores não financeiros que interferem na tomada de decisões de acionistas e investidores. A preocupação nacional é com aspectos regulatórios e ambientais, envolvendo segurança integridade e sustentabilidade.

“Para nós, é interessante que cada vez mais empresas do setor estejam capacitadas para divulgar as práticas de ESG, já que assim é possível tornar a longevidade da indústria maior”, pontuou.

Como exemplo do que tem sido feito, Soares apontou o próprio Porto de Santos. Ela apontou que no site da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra, é possível ver o que tem sido feito em relação a legislação vigente, para combater a poluição, diminuir os impactos ambientais e otimizar processos. “O objetivo é se posicionar como uma referência em sustentabilidade”, refletiu.

### **Transição energética**

A Lead HSE na Seabed Geosolutions, Cristiane Monteiro, analisa que diversos desafios devem ser superados no setor, especialmente no que diz respeito a transição energética.

“É uma necessidade, não dá mais para empurrar com a barriga. O aquecimento global está aí. A situação é insustentável. Falamos da renovação das energias. Mas não dá para fazer isso de um dia para o outro”, esclareceu.

Monteiro ressalta que a indústria do petróleo é de risco, mas não só operacional. Para ela, na parte de meio ambiente, é fundamental pensar em como melhorar. “Tem muita regulação, mas ainda há desafios. O direito não é algo a parte da indústria do petróleo, e não está só nos contratos. Somos regulados dia e noite. Até que ponto estamos nos preparando para a transição energética?”, questionou.

### **III Congresso de Direito Marítimo e Portuário**

O painel do III Congresso de Direito Marítimo e Portuário, que irá avaliar o passado, discutir o presente e, por ele, traçar estratégias para o Porto de Santos, debateu o papel do ESG e compliance na indústria de óleo e gás.

O presidente da mesa foi o advogado Lucas Leite Marques e a mediação ficou por parte da advogada Maria Cristina Gontijo.

“A ESG começou por uma iniciativa do secretariado geral da ONU e da Global Compact, em 2005. Em um relatório, foi possível observar que boas práticas geravam mercados mais sustentáveis e com melhores resultados na sociedade. Isso foi estendido para outros setores e se tornou um critério essencial para receber grandes investimentos”, disse Gontijo.

O evento, iniciativa da Associação Brasileira do Direito Marítimo (ABDM), está sendo realizado pela Universidade Santa Cecília (Unisantia) e Sistema Santa Cecília de Comunicação.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 08/11/2021**

### SPA: NOTA PARA A IMPRENSA – GREVE DE CAMINHONEIROS NO PORTO DE SANTOS

*Informação: Santos Port Authority (8 de novembro de 2021 )*

A Santos Port Authority (SPA) informa que o acesso ao Porto de Santos flui normalmente nesta segunda-feira (8), não havendo qualquer retenção ao tráfego nem concentração de caminhões parados. As operações fluem normalmente e os navios atracados estão operando sem restrições. Não há impedimento do acesso de veículos.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Guarda Portuária, sob a coordenação da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos-SP), órgão responsável pela segurança pública portuária, atuam numa força-tarefa estratégica para garantia da fluidez das cargas por meio do maior porto marítimo da América Latina. Desde a madrugada de quinta-feira (4) um efetivo de 200 homens foi destacado para formar um grande corredor de segurança desde o acesso aos

As forças de segurança realizam escoltas de caminhões na saída, na chegada e dentro do Porto para evitar atos de vandalismo e garantir a segurança dos que não aderiram à greve. Polícia Militar do Estado de São Paulo e Polícia Rodoviária Federal estão fazendo patrulhamento aéreo sobre o Porto e acessos em esquema 24/7.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 08/11/2021*

### ESPECIALISTAS DEFENDEM QUE O OGMO É IMPRESCINDÍVEL NA GESTÃO DA MÃO DE OBRA AVULSA

*Informação: Santaportal (8 de novembro de 2021 )*



*Foto: José Luiz Borges / Divulgação Santaportal*

Os especialistas do setor portuário e marítimo acreditam que o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) é imprescindível na gestão da mão de obra avulsa. Durante debate do III Congresso de Direito Marítimo e Portuário, as relações de trabalho nas atividades foram discutidas.

Para a procuradora do Trabalho da Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (CONATPA), do Ministério Público do Trabalho, Dra. Flávia Oliveira Veiga Bauler, o órgão foi criado para favorecer a profissionalização do trabalhador portuário e igualdade de acesso.

Ela concorda com a decisão da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, decidiu que o recrutamento de trabalhadores portuários deve ser feito apenas por meio do OGMO, e não pelos sindicatos. “O sindicato seria desvirtuado de sua missão constitucional”, defendeu.

Bauler acredita que a atividade portuária tem uma função pública. Por isso, exige respeito ao direito sociais e visão dos interesses públicos e comunidade no redor do porto. “Precisamos de movimentação fluído, mas também levar em consideração a universalidade. Eu vejo poucas vezes as questões de os direitos sociais serem abordados, precisamos falar de saúde, segurança, previdência e etc”, disse.

#### Legislação embasa decisão do TST

O desembargador Celso Peel, do Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região, explicou que o dissídio coletivo de natureza jurídica teve origem no próprio TST, porque as entidades sindicais envolvidas tinham abrangência superior a regional. “Serve para interpretar normas de direito de



uma categoria. O TST veio para dar uma segurança jurídica, já que direciona os tribunais para quais decisões deve seguir”, falou.

Peel ressalta que o direito não pode ser isolado, é um sistema. Portanto, tem que ser analisado num conjunto. “Se analisarmos a constituição que torna obrigatória a participação do sindicato na convenção coletiva e não fazer distinção. A lei não é uma omissão, é uma ação. Se quisesse autorizar a contratação direta, teria colocado no artigo. Qualquer manual de técnica legislativa não se estabelece a negativa quando se permitiu”, expôs.

Sendo assim, para ele, a decisão do TST encontra embasamento na legislação. “Fica mais claro isso ainda quando tem um projeto de lei querendo alterar. Se quer alterar, quer mudar o que está colocado. É um reconhecimento que a interpretação sistemática está correta”.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP), Sérgio Aquino, concorda de que a legislação é acertada. “Temos oposição a isso, respeitamos, mas contestamos. A decisão se aplica na questão da reconvenção no que diz respeito de embargos de ambas as partes, que devem se posicionar. Os atores precisam dialogar. As entidades e as federações estão ativas, temos diálogos maduros e precisamos ocupar o espaço para encontrar as soluções”, disse.

Aquino acredita que é preciso pensar treinamento para o trabalhador, na modernização do modelo do OGMO e questões para tornar o trabalho avulso mais competitivo.

“É hora de tratarmos maduramente, enfrentarmos os temas e os espaços. Se nós, do setor, não pensarmos nas soluções, outros farão. O exemplo é o PL, feito por um deputado preocupado com o tema, que propõe a alteração da lei”.

A consultora jurídica no Sindicato dos Operadores Portuários do Estado SP (SOPESP), Gislaine Heredia, apontou as necessidades do setor e operadores portuários com uma visão da modernização necessária, com base na legislação, no sentido da rotina no porto e direitos dos trabalhadores.

“Minha intenção é mostrar um balanço da situação, explicando a necessidade de diálogo para que chegue num consenso e desenvolvimento melhor do Porto de Santos”.

### III Congresso de Direito Marítimo e Portuário

O painel do III Congresso de Direito Marítimo e Portuário, que irá avaliar o passado, discutir o presente e, por ele, traçar estratégias para o Porto de Santos, debateu as relações de trabalho nas atividades.

O presidente da mesa foi o advogado Rodrigo Zanethi e a mediação ficou por parte do gerente jurídico do OGMO-Santos, Thiago Robles.

O evento, iniciativa da Associação Brasileira do Direito Marítimo (ABDM), está sendo realizado pela Universidade Santa Cecília (Unisantia) e Sistema Santa Cecília de Comunicação.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 08/11/2021*

Empresa Alagoana de Terminais Ltda. vai ser responsável pela modernização da área em Maceió (AL); já Consórcio Intersal administrará Areia Branca (RN)



### **Diogo Piloni discursa após o leilão de dois terminais portuários**

**Crédito: Ricardo Botelho/MInfra**

Leiloados nesta sexta-feira (5) pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, os terminais portuários MAC13, no Complexo Portuário de Maceió (AL), e o salineiro de Areia Branca (Tersab), no Rio Grande do Norte, terão R\$ 221,86 milhões em investimentos privados garantidos nos próximos anos.

Parte da Super Infra, o arremete ocorreu na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A Empresa Alagoana de Terminais Ltda., vai administrar o terminal no Porto de Maceió, e o Consórcio Intersal fica com o Tersab. Respectivamente, os valores de outorga foram de R\$ 15 mil e R\$ 100 mil.

“Estamos trazendo uma infraestrutura mais adequada, contratos que vão trazer segurança jurídica e mais investimentos”, afirmou o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do MInfra, Diogo Piloni. Segundo o secretário, a concessão à iniciativa privada dos dois terminais vai ajudar de Alagoas e Rio Grande do Norte.

Destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal marinho, o Tersab está localizado no Complexo Portuário de Areia Branca, e tem área de 35.114m<sup>2</sup>. Estima-se que serão gerados 2.526 empregos ao longo dos 25 anos de contrato. Os investimentos girarão em torno de R\$ 164,1 milhões. A expectativa de movimentação é de 69,3 milhões de toneladas.

Já o MAC13 de Maceió foi arrematado tem vocação para movimentar e armazenar granel vegetal, especialmente o açúcar, uma das commodities agrícolas mais consumidas e comercializadas do mundo e cujo líder mundial de produção e exportação é o Brasil. A expectativa de movimentação é de 25 milhões de toneladas durante os 25 anos de contrato. A área possui 71.262m<sup>2</sup>. Os investimentos girarão em torno de R\$ 57,8 milhões.

SUPER INFRA – A temporada de leilões começou em 5 de novembro, com a disputa pela relicitação da rodovia Dutra, em conjunto com a Rio-Santos. Em 19 de novembro, a Super Infra continua com o leilão de duas importantes áreas destinadas a combustíveis no Porto de Santos (STS08 e STS08A), somando quase R\$ 1 bilhão em investimentos em uma área total de cerca de 450 mil metros quadrados. No mesmo dia, outros quatro terminais portuários vão a leilão nos estados da Paraíba, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Para fechar a temporada em grande estilo acontece outro importante leilão rodoviário: o das rodovias BRs-381/262/MG/ES. Um total de mais R\$ 7 bilhões de investimentos para colocar fim aos pontos críticos de uma das rodovias mais perigosas do país. Um projeto que atraiu tanto o interesse de investidores que obrigou o Governo Federal a esticar o cronograma até o pleito que acontecerá dia 20 de dezembro.

A concessão abrange mais de 670 quilômetros de pistas, com a duplicação de 402 quilômetros e outros 360 de faixas adicionais e vias marginais, além de centenas de retornos, correções de traçado e passarelas, para atender diferentes setores de Minas Gerais – inclusive a região do Vale do Aço – e Espírito Santo.

Desde 2019 até aqui, quase R\$ 90 bilhões já foram contratados para o incremento da logística nacional com as concessões de 34 aeroportos, seis rodovias, seis ferrovias – entre concessões, renovações e investimento cruzado –, 31 arrendamentos, além de autorizações para 99 terminais de uso privado.



**CONFIRA O CALENDÁRIO E A PREVISÃO DE INVESTIMENTOS NESTA NOVA TEMPORADA DE LEILÕES**

- ✓ 29/10  
RODOVIA DUTRA E RIO-SANTOS (BR-116/101/SP/RJ)  
R\$ 14,8 BILHÕES
- ✓ 5/11  
PORTO DE MACEIÓ/AL - MAC13  
PORTO DE AREIA BRANCA/RN - TERSAB  
R\$ 221,86 MILHÕES
- 19/11  
PORTO DE SANTOS/SP - STS08 E STS08A  
PORTO DE PORTO ALEGRE/RS - POA01  
PORTO DE IMBITUBA/SC - IMB05  
PORTO DE ITAGUAÍ/RJ - ITG03  
PORTO DE CABEDELÓ/PB - AE14  
R\$ 1 BILHÃO
- 20/12  
RODOVIAS BR-381/262/MG/ES  
R\$ 7,3 BILHÕES

### Calendário de concessões da Super Infra

Assessoria Especial de Comunicação  
Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF  
Data: 08/11/2021

## ISTOÉ Dinheiro

### ISTOÉ - DINHEIRO

#### EMPRESÁRIOS CUBANOS PEDEM A BIDEN QUE SUSPENDA SANÇÕES ECONÔMICAS



**'A atual política dos Estados Unidos em relação a Cuba afeta em grande medida nossas operações comerciais diárias', disseram os empresários em seu pedido a Biden para que cumpra suas promessas de campanha - AFP/Arquivos**

Centenas de empresários cubanos pediram, em carta ao presidente americano Joe Biden publicada nesta segunda-feira (8), o levantamento das sanções econômicas contra a ilha comunista, que “prejudicam de forma significativa” suas atividades e suas famílias.

“Por meio de nossos negócios, estamos trabalhando para construir o bem-estar econômico de nossas famílias, de modo que os empreendedores cubanos não sintam a necessidade de migrar para ter um trabalho gratificante e prosperidade econômica”, explicaram no texto 247 executivos de empresas privadas e cooperativas.

“No entanto, a atual política dos Estados Unidos em relação a Cuba afeta em grande medida nossas operações comerciais diárias e freia nossa capacidade de prosperar”, acrescentaram, lamentando que Biden mantenha, apesar de suas promessas de campanha, as 243 sanções impostas por seu antecessor Donald Trump, que reforçaram o embargo em vigor desde 1962.

Durante sua campanha, Biden ressaltou a necessidade de uma “nova política em relação a Cuba”, suspendendo as restrições às viagens de turistas à ilha e às transferências de remessas. Até agora, porém, não modificou nenhuma dessas medidas.

“Urgimos que adotem as seguintes ações imediatas: 1) restabelecer um caminho para remessas; 2) abrir as viagens para aqueles sujeitos à jurisdição dos EUA; 3) reabrir a embaixada dos EUA



em Havana; e 4) retirar Cuba de sua lista de países patrocinadores do terrorismo”, diz a carta enviada a Biden.

O setor privado cubano viveu um efêmero boom durante a reaproximação entre os Estados Unidos e Cuba, entre 2014 e 2016, no governo Barack Obama.

“Sonhamos em voltar àqueles dias, quando a reaproximação era a política oficial dos Estados Unidos, produzindo um boom econômico que beneficiava a todos”, declararam os empresários.

Embora a economia cubana siga sendo 85% estatal, existem mais de 600 mil trabalhadores privados, em especial no setor de serviços (restaurantes, táxis, reparos, etc.), que foram recentemente autorizados a criar pequenas e médias empresas.

Mas a pandemia do coronavírus, que mergulhou Cuba em sua pior crise econômica desde 1993, forçou mais de 250 mil trabalhadores privados a suspender suas atividades

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 08/11/2021*

### **EMBARQUE DE MINÉRIO DO PAÍS CAI 64% NA MÉDIA DIÁRIA DO INÍCIO DO MÊS; SOJA DISPARA**

*Por Roberto Samora*

SÃO PAULO (Reuters) – A exportação de minério de ferro do Brasil recuou 63,8% na média dos três primeiros dias úteis de novembro, em relação ao volume embarcado por dia no mesmo mês do ano passado, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) divulgados nesta segunda-feira.

Os embarques somaram cerca de 527 mil toneladas ao dia no acumulado da primeira semana do mês, versus 1,46 milhão de toneladas da média diária de novembro completo em 2020.

A redução nos embarques ocorre em meio a uma queda acentuada nos preços do minério de ferro na China, com uma demanda mais fraca do principal comprador global.

Já a soja, outro importante produto da pauta de exportação do Brasil, manteve a força, com alta de quase 300% na média diária, para 286,4 mil toneladas/dia.

Os embarques da oleaginosa do Brasil somaram cerca de 860 mil toneladas em três dias, mais da metade do volume visto no total de novembro do ano passado (1,435 milhão de toneladas).

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 08/11/2021*

### **DÉFICIT DA BALANÇA COMERCIAL NA 1ª SEMANA DE NOVEMBRO É DE US\$ 30,3 MILHÕES**

A balança comercial brasileira registrou déficit comercial de US\$ 30,3 milhões na primeira semana de novembro (dias 1 a 7). De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 8, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 4,227 bilhões e importações de US\$ 4,257 bilhões.

No acumulado do ano, o saldo comercial é superavitário em US\$ 58,468 bilhões.

As exportações registraram aumento de 62,5% na média diária de novembro ante o mesmo período do ano passado, com crescimento de 98,5% na Agropecuária, queda de 23,8% na Indústria Extrativa e alta 89,7% nas vendas de produtos da Indústria de Transformação.



Já a média diária de importações aumentou 91,1% no período, com crescimento 95,7% na Agropecuária, salto de 515,3% na Indústria Extrativa e avanço de 75,6% em produtos da Indústria de Transformação.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 08/11/2021*

## **COP-26: ABEEÓLICA DESTACA QUE SEGMENTO EÓLICO RECEBERÁ GRANDES INVESTIMENTOS**

O setor privado tomou conta da COP-26 diante da ausência de alguns governos, não apenas do brasileiro. Para a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, que participa desde o primeiro dia na conferência, isso traz uma leitura otimista do evento que discute os rumos da descarbonização da economia mundial.

Em balanço sobre a primeira semana do encontro, Gannoum avalia que o setor privado já entendeu que a descarbonização é “o negócio” a ser feito, ou não vai haver financiamento.

“Tenho uma leitura mais otimista, porque quando o mercado financeiro dita as regras do jogo, vemos que pode ser resolvido, que pode ter solução”, disse no podcast “Cabeça de Vento” nesta segunda-feira, 8, destacando a participação dos bancos multilaterais na COP-26.

Segundo ela, os maiores investimentos para a descarbonização serão feitos no segmento eólico, que vem crescendo exponencialmente por conta da evolução da tecnologia offshore (marítima). A tecnologia já é um caso de sucesso na Europa e agora avança nos Estados Unidos. E o Brasil não vai ficar de fora da nova onda.

Para atingir as metas do Acordo de Paris, assinado na COP-21, em 2015, e reforçado na atual edição da conferência, o mundo terá que aumentar em quatro vezes a atual geração eólica, informa Gannoum, e de maneira mais acelerada do que vinha ocorrendo.

Ela destaca que o Brasil ainda tem potencial na geração eólica onshore (em terra) de quatro vezes a necessidade de abastecimento de energia elétrica do País, o mesmo potencial da geração no mar, que já conta com projetos que somam 46 gigawatts (GW) em análise no Ibama.

“O ministro Bento (Albuquerque, de Minas e Energia) prometeu para dezembro o decreto, a regulamentação da geração eólica offshore, que terá um regime diferente da eólica em terra e vai atrair investidores distintos dos que atuam no onshore. Não estou escolhendo uma fonte em detrimento da outra”, explica.

Ela afirmou que o Brasil não tem ainda eólica offshore porque não precisa, e vai se beneficiar da queda de preços da tecnologia utilizada, que ganhou força nos últimos anos em países que não possuem mais espaço físico para instalar os aerogeradores.

Gannoum destacou ainda a importância da energia eólica para fabricação de hidrogênio, combustível candidato a substituir a energia fóssil no mundo. E, no caso da eólica offshore, terá a vantagem de não depender de conexões com linhas de transmissão para ser produzido.

“Podemos ter parques eólicos offshore produzindo hidrogênio e não demandar conexões, exportando diretamente do mar a energia para a produção sem linhas de transmissão. Desta maneira o Brasil vai poder exportar sua energia renovável”, concluiu a executiva.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 08/11/2021*

## **ECONOMIA DIGITAL EXPANDE-SE NO BRASIL EM RITMO ACELERADO, DIZ GUEDES**

O comércio digital se expande em ritmo acelerado no Brasil, mesmo como o país saindo da pandemia, disse nesta segunda-feira, 8, o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele enalteceu a marca de R\$ 35 bilhões em vendas no segmento digital de janeiro a março, com aumento de 72% em relação ao mesmo período de 2020.

“Essa economia digital regional tem enorme potencial de desenvolvimento. Expandem-se no Brasil em ritmo muito acelerado, é o quarto país do mundo e o segundo do hemisfério sul”, afirmou Guedes em seu discurso de abertura no seminário “O papel do Mercosul na promoção do comércio eletrônico transfronteiriço e na construção do mercado digital regional”.

O ministro também celebrou a sétima colocação do Brasil no índice GovTech Maturity 2020, do Banco Mundial, que avaliou a maturidade em governo digital de 198 economias globais. No ranking, o País ficou atrás de Coreia do Sul, Estônia, França, Dinamarca, Áustria e Reino Unido. “É o único país grande com essa maturidade digital atingida, à frente de Estados Unidos, Canadá”, disse Guedes.

### OPORTUNIDADE

A transformação digital dá ao Mercosul uma segunda grande oportunidade na corrida de integração global, disse Paulo Guedes. Ele destacou que o bloco foi criado como ferramenta para auxiliar a integração competitiva da região antes de iniciativas como a zona do euro, a área norte-americana de livre comércio ou a Aliança do Pacífico, mas depois ficou atrás.

“Temos agora a segunda grande oportunidade de relançamento de nossas plataformas no digital. Essa oportunidade para modernização do Mercosul tem de incluir a pegada digital, que transforma nosso mercado em extraordinariamente atraente, e ao mesmo tempo moderno, para que sigamos no projeto de integração global”, afirmou o ministro em seu discurso de abertura no seminário.

Guedes acrescentou que a modernização do Mercosul também passa por ajustes tarifários, e ressaltou que teve apoio dos parceiros do bloco para reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC), ainda que de forma temporária. “É importante ter atenção às necessidades internas, de forma a reduzir custos de itens essenciais para a população brasileira”, justificou.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 08/11/2021*

## MONEYTIMES

### MONEYTIMES

#### RAÍZEN: LUCRO CRESCERÁ 57% NO TRIMESTRE E CHEGARÁ A R\$ 1,3 BILHÃO, PREVÊ CREDIT SUISSE

*Por Renan Dantas*



***Segundo os analistas Regis Cardoso e Marcelo Gumiero, as cifras serão puxadas pela dinâmica positiva dos preços nos negócios de açúcar e renováveis (Imagem: Divulgação/ Facebook Raízen)***

feira (11).

A Raízen (RAIZ4), uma das maiores empresas agro da Bolsa, divulgará seus números da safra do terceiro trimestre de 2022, o que equivale ao terceiro trimestre de 2021, na próxima quinta-

O Credit Suisse prevê que a companhia reportará fortes cifras, com lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão, alta de 57% ante o trimestre passado, e ebitda, que mede o resultado operacional, de R\$ 3,2 bilhões, elevação de 70% no ano.

Segundo os analistas Regis Cardoso e Marcelo Gumiero, as cifras serão puxadas pela dinâmica positiva dos preços nos negócios de açúcar e renováveis, que podem disparar 80% e 144%, respectivamente.

“Embora seja difícil prever o volume de vendas no trimestre, pois depende da estratégia da Raízen, é razoável acreditar que a empresa acelerou as vendas para aproveitar o ambiente de bons preços”, argumentam.

### Próximos trimestre

Para 2021 e 2022, o Credit Suisse reduziu em 1% a estimativa do ebitda. Porém, o banco suíço manteve o mesmo preço-alvo das ações, a R\$ 10, com classificação outperform, ou desempenho esperado acima do mercado.

### Entre os risco para a empresa, os analistas citam:

- risco de execução, uma vez que as usinas de E2G, módulos de biogás, usinas de pelletização e expansão da capacidade de geração de energia renovável precisam ser construídas no prazo e dentro do orçamento
- exposição às economias brasileira e argentina;
- eletrificação de longo prazo;
- exposição aos preços de açúcar e etanol;

### Ação fora do radar

Na esteira da safra de resultados do terceiro trimestre, a ação da Raízen tem o potencial de valorizar mais de 80% nos próximos 12 meses, aproveitando os preços das commodities agrícolas, segundo o Bank of America.

O banco recomenda a compra da Raízen, com preço-alvo de R\$ 12 por ação, implicando em potencial de alta de 83% em um ano.

“O mercado ainda não precificou o potencial da Raízen, que deve se apoiar na valorização das commodities e do aumento de preços dos combustíveis no Brasil. Estimamos que o ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação) ajustado some R\$ 3,3 bilhões no trimestre passado, sendo R\$ 2,37 bilhões apenas das operações de açúcar e de energias renováveis”, comenta.

*Fonte: MoneyTimes*

*Data: 08/11/2021*

## GOVERNISTAS AINDA APOSTAM EM APROVAÇÃO DA PEC NA 3ª APESAR DE DECISÃO DO STF

*Por Reuters*



**Em outro despacho, a ministra deu 24 horas para a Câmara explicar como se deu o trâmite de votação da proposta em primeiro turno (Imagem: REUTERS/Adriano Machado)**

Governistas afirmam que a PEC dos Precatórios será votada e aprovada na terça-feira em segundo turno na Câmara dos Deputados, apesar de decisões em caráter



liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que, entre outros pontos, suspenderam o pagamento das chamadas emendas de relator.

Essa é a posição sustentada pelo líder do governo na Casa, deputado Ricardo Barros (PP-PR), mas também de outras duas fontes de partidos de centro consultadas pela Reuters.

“Aprova amanhã”, disse o líder do governo à Reuters.

As outras duas pessoas ouvidas da Câmara, que preferem manter o anonimato, avaliam que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) irá a voto e será aprovada, mesmo após decisões monocráticas da ministra do STF Rosa Weber uma delas determinou a suspensão de se executar as emendas de relator, chamada de orçamento secreto.

Em outro despacho, a ministra deu 24 horas para a Câmara explicar como se deu o trâmite de votação da proposta em primeiro turno.

Ações no STF questionam mudanças de regras de votação da matéria e apontam que teriam ocorrido casuisticamente para garantir um quórum maior, citando a modificação no regimento interno para permitir a votação de deputados em missão fora da Casa.

O assunto deve ser debatido pelo plenário do STF na terça-feira e, segundo uma das fontes, cresce a chance de aprovação da PEC caso a corte adote um “meio termo”: a execução das emendas de relator não ficaria suspensa, algo que foi encarado por alguns parlamentares como uma interferência no Legislativo, mas sua liberação seria mais transparente.

Uma vice-liderança de um partido do centrão disse à Reuters, no entanto, não acreditar na possibilidade de votação da PEC dos Precatórios em segundo turno sem uma manifestação definitiva do STF.

“Tem que resolver isso antes”, considerou esse parlamentar.

Em manifestação na tarde desta segunda-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu que o Supremo revogue a decisão da ministra Rosa Weber que suspendeu as emendas de relator.

A destinação das chamadas emendas de relator é definidas pelo parlamentar responsável pelo Orçamento e pelo presidente da Câmara.

Integrantes da oposição e congressistas contrários à PEC denunciaram o uso do instrumento para angariar votos favoráveis à proposta, que foi aprovada em primeiro turno por um placar bem apertado 312 a 144, apenas 4 votos além do mínimo de 308 necessários para a aprovação de uma PEC.

### **Virada de Votos**

Enquanto governistas atuam para garantir a votação e a aprovação na terça-feira, críticos à matéria também atuam para angariar votos.

O PSB, partido da oposição que forneceu votos à proposta no primeiro turno, tem reunião de sua Executiva nesta segunda para, provavelmente, fechar questão e reverter o apoio de parte da bancada à proposta.

A oposição também alimenta a expectativa de virada de votos também no PDT, legenda que teve muitos de seus integrantes votando a favor da medida.

“É preciso defender a decisão da ministra Rosa Weber, que paralisou o esquema das emendas do relator (RP9). Esse orçamento secreto é inconstitucional e está sendo usado como um mensalão

2.0. Vamos resistir!”, publicou no Twitter nesta tarde o líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE).

Uma vez aprovada na Câmara, a proposta não deve ter vida fácil no Senado, onde o governo enfrenta mais resistência.

**Fonte: MoneyTimes**

**Data: 08/11/2021**



## ESTADO DE MINAS - MG

### AUMENTO DE PEDÁGIO VAI COMPENSAR CONCESSIONÁRIAS POR PERDAS NA PANDEMIA

ANTT aprovou na última quinta-feira, 4, a metodologia que vai reger esse processo, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 8



***As perdas de receita das concessionárias de rodovias federais serão recompostas por reajustes nas tarifas de pedágio cobradas dos usuários (foto: INTRARC/ Agência Senado)***

As perdas de receita das concessionárias de rodovias federais que foram afetadas pela pandemia do coronavírus serão recompostas por reajustes nas tarifas de pedágio cobradas dos usuários. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável por reequilibrar os contratos das empresas que administram estradas federais, aprovou na última quinta-feira, 4, a metodologia que vai reger esse processo, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 8.

Para mitigar o impacto para os motoristas, a ANTT poderá implementar a recomposição do equilíbrio de forma parcelada, ou seja, elaborar uma forma de diluir os aumentos tarifários.

O reequilíbrio das concessões afetadas pela pandemia é um assunto discutido há meses pela ANTT. Pela lei, concessionárias de serviços públicos têm o direito de recompor suas perdas quando um acontecimento não pactuado mexe com o equilíbrio financeiro do contrato. Isso foi reconhecido também em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), produzido no ano passado, quando os serviços de transporte começaram a sentir os efeitos da redução drástica de locomoção de veículos em função da pandemia.

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), no acumulado de 2020, o fluxo de veículos nas rodovias pedagiadas do Brasil caiu 13,1%, afetado mais fortemente pela redução do tráfego de leves (-16,9%) do que de pesados (-1,1%).

Há várias formas de o poder público compensar o concessionário nessas situações, entre elas o reajuste tarifário - escolhido pela ANTT no caso das rodovias -, o pagamento direto pelos danos, o alívio nas exigências de investimentos e o aumento do prazo da concessão, por exemplo.

Os impactos para cada concessionária serão medidos no mesmo período em que as empresas têm seus contratos revisados ordinariamente pela ANTT. Em razão disso, a metodologia publicada nesta segunda passa a vigorar somente a partir de 3 de março de 2022. A data foi definida para que não haja atraso nas revisões em andamento neste ano. Dessa forma, os efeitos

financeiros dos reequilíbrios extraordinários serão percebidos juntamente das revisões ordinárias analisadas pela ANTT ao longo do próximo ano.

Segundo a norma, o cálculo do reequilíbrio extraordinário deverá ser aplicado apenas para o período de março a dezembro de 2020. Na avaliação da ANTT, apesar de os efeitos sanitários da pandemia terem se estendido para este ano, em 2021 a crise não impactou o tráfego das rodovias concedidas.

Para medir os efeitos da pandemia nas concessionárias - o que será analisado caso a caso - será comparado mês a mês o tráfego mensal projetado, quando a crise sanitária não estava no radar, e o tráfego real no período. O cálculo será dado a partir da oscilação do tráfego real acima ou abaixo dos limites superior ou inferior do intervalo de confiança de 95% em relação à projeção central.

Para as concessionárias da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, com termo final originalmente pactuado em 2021, a recomposição será pela apuração de haveres e deveres, o que também se aplica nos contratos de concessão relicitados, com termo aditivo celebrado até a publicação da resolução da ANTT.

A opção por reequilibrar os contratos por aumento de pedágio desagrada a Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT). Desde que o tema é discutido pela ANTT, a entidade vem afirmando que o órgão poderia ter adotado outras formas de recomposição dos contratos, sem aumentar a tarifa. "Nós sempre fomos contra essa posição de só fazer reequilíbrio por aumento de tarifa. Infelizmente a ANTT não concordou com a nossa posição", disse o presidente da ANUT, Luis Henrique Teixeira Baldez.

A previsão de reajuste tarifário com análise caso a caso, sem uma aplicação geral, por sua vez, tem o apoio da ANUT. Para Baldez, essa discussão individual é importante para que somente concessões realmente prejudicadas pela pandemia tenham as tarifas revisadas extraordinariamente. "Nós vamos acompanhar caso a caso, se aquele tráfego verificado realmente impactou as finanças de cada concessão. Vamos acompanhar com muita cautela e calma esses cálculos", disse o presidente da ANUT.

Na visão de Baldez, nessas revisões, a ANTT precisará levar em conta reduções de custo que as concessionárias eventualmente tiveram durante março e dezembro do ano passado - o que, no limite, poderia anular as perdas decorrentes da redução no tráfego, argumenta ele. "Esperamos que a ANTT leve isso em conta", afirmou Baldez, que apresentará até amanhã um ofício à agência com essas ponderações.

*Fonte: Estado de Minas - MG*

*Data: 08/11/2021*



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### DIÁRIOS DA COP26: SEMANA DO ARTIGO 6 E O DIA DA ADAPTAÇÃO, PERDAS E DANOS

*Por Nayara Machado - 8 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Diálogos da Transição*

**Editada por Nayara Machado**  
[nayara.machado@epbr.com.br](mailto:nayara.machado@epbr.com.br)



Começa a segunda (e última) semana de negociações da Conferência do Clima em Glasgow, na Escócia, e aumenta a expectativa sobre o acordo que será fechado em torno de um mercado internacional de carbono — a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris.

Pendente desde 2015, o resultado dessa negociação pode marcar o sucesso ou fracasso da COP26.

De acordo com a Bloomberg, um acordo bem elaborado estimularia a injeção de até US\$ 1 trilhão em investimentos nas nações mais pobres. Mas se as regras forem muito flexíveis, será apenas um “passe livre” para empresas e países emitirem mais do que deveriam.

Ano a ano, a demanda por compensações vem crescendo, à medida que empresas e governos gastam bilhões de dólares para cumprir suas metas de emissões líquidas zero.

Mas a falta de padrões unificados ou supervisão internacional deixa espaço para compensações de baixa qualidade, risco de dupla contagem e créditos com baixa integridade.

A regulamentação do mercado global deve trazer transparência e segurança jurídica a este mercado que está crescendo de forma desordenada. Entenda: O que está em jogo na regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris

Vale lembrar: em entrevista à epr, em outubro, Lina Pimentel, sócia da prática Direito Ambiental e Mudanças Climáticas do escritório Mattos Filho, avaliou que a regulamentação do mercado global pode vir com surpresas nas definições.

Segundo a advogada, pode ser definido um mercado mais regulamentado, onde os países primeiro terão que cumprir suas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) para depois comercializar o excedente em ambiente internacional.

Ou pode ser que vença a pressão de países que terão maior dificuldade em cumprir suas metas, mas já querem colocar seus créditos no mercado voluntário, como a China.

“No final das contas, acho que teremos um ambiente muito regulado, muito organizado, para substituir o ambiente que tínhamos com Quioto”, completa.

Financiamento. Outra tensão é em relação à falta de clareza sobre a alocação dos US\$ 100 bilhões prometidos desde 2009 — e que deveriam ter sido entregues até o ano passado para os países emergentes se adaptarem às mudanças climáticas.

Na semana passada, o presidente britânico da COP26, Alok Sharma, disse que a meta seria cumprida apenas em 2023. Na terça-feira, o enviado climático dos EUA, John Kerry, sugeriu que 2022 poderia ser alcançável.

Na sexta, Simon Kofe, ministro das Relações Exteriores da ilha de Tuvalu, no Pacífico Sul, chamou a atenção ao fazer uma declaração em vídeo, de terno e gravata, com água do mar até os joelhos, para destacar o impacto da mudança climática na nação insular.

O Brasil de Jair Bolsonaro ainda é uma preocupação. Na última COP, em Madri, o país participou do bloco que bloqueou as negociações do Artigo 6 — o governo quer que créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo possam ser reaproveitados no novo mercado.

Outro ponto de discórdia é sobre as regras de contabilidade para evitar que as reduções de emissões sejam contadas duas vezes.



**Ministro de Tuvalu, Simon Kofe, faz declaração em vídeo para COP26 com água até os joelhos - Foto: Divulgação**

### **Brasil mais flexível**

Sob pressão do setor empresarial brasileiro, que antes da COP cobrou uma “evolução da posição do Brasil” e apoio ao compromisso com os ajustes para evitar dupla contagem, o governo tem se declarado “mais flexível” em relação ao tema. Mas ainda não deixou clara a posição.

Enquanto isso... Um fundo global bilionário e governadores estaduais assinaram um acordo para atrair recursos para projetos ambientais na Amazônia.

Neste sábado, o Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal fechou um Memorando de Entendimento com a Emergent, organização norte-americana que atua como coordenadora administrativa da Coalizão LEAF.

Movimentos sociais e indígenas do Pará e outros estados alertam que o envio de dinheiro deve considerar critérios claros e pedem que haja um envolvimento de ativistas, comunidades e ambientalistas na captação de recursos. O temor é de que o fluxo se limite às autoridades, financiando apenas seus projetos. UOL

BNDES vai entrar no mercado de carbono. O banco público anunciou que vai comprar créditos a partir de 2022, para estimular a estruturação do mercado desse ativo ambiental no país, disse à Reuters o diretor de Fomento, Bruno Laskowsky.

A iniciativa está ganhando corpo no banco e deverá passar pelo conselho de administração ainda este mês, acrescentou o executivo.

Ele mencionou que o BNDES está disposto a gastar “centenas de milhões” de reais para ajudar no desenvolvimento desse mercado, no qual o banco também seria um “market maker”.

“Quem tem floresta para preservar é o Brasil, e achamos que esse negócio tem uma potência incrível. Acho que os privados vêm, e temos ótimas conversas nesse sentido”, ressaltou.

Adaptação, perdas e danos. A semana na COP26 começou com mais de 70 endossos aos Princípios para Adaptação Liderada Localmente e a promessa de mobilização de mais de US\$ 450 milhões.

Para um Fundo de Adaptação, serão destinados R\$ 232 milhões — a maior mobilização individual para o fundo, segundo a presidência da COP.

Os compromissos vieram dos EUA, Canadá, Suécia, Finlândia, Irlanda, Alemanha, Noruega, Itália, Qatar, Espanha, Suíça, Reino Unido e os governos de Quebec e Flandres.

O Reino Unido, que preside a conferência, anunciou £ 290 milhões em novos fundos para adaptação hoje, incluindo £ 274 milhões para o programa de Ação Climática para uma Ásia Resiliente.

E 88 países estão agora cobertos por Comunicações de Adaptação ou Planos Nacionais de Adaptação para se anteciparem aos riscos climáticos.



Termômetro. Com uma semana de conferência, executivos e analistas financeiros afirmam estar otimistas que as negociações levarão às mudanças necessárias para que os negócios desempenhem um papel mais importante no combate ao clima mudança, mostra uma pesquisa da Reuters.

### O que já foi acordado em Glasgow:

**Desmatamento:** Mais de 100 líderes globais se comprometeram a deter e reverter o desmatamento e a degradação da terra até o final da década. A promessa é sustentada por US\$ 19 bilhões em fundos públicos e privados. Brasil assinou a declaração, mas não se comprometeu com alocação de recursos.

**Metano:** Cerca de 100 países se juntaram a um esforço liderado pelos Estados Unidos e pela União Europeia para reduzir as emissões do gás metano, que aquece o clima, em 30% até 2030, em comparação com os níveis de 2020. Mas os grandes emissores, Rússia, China e Índia ainda estão de fora. A Austrália rejeitou a adesão.

**1,5 °C:** Até agora, o mundo está longe do objetivo. Relatório da ONU divulgado dias antes das negociações em Glasgow disse que as atuais promessas colocam o planeta no caminho de um aumento de temperatura de 2,7 °C neste século. A IEA indicou na semana passada que, se todas as promessas climáticas anunciadas até o momento forem cumpridas na íntegra e no prazo, será possível conter o aumento das temperaturas globais a 1,8 °C até 2100.

**Pledge net zero:** bancos, seguradoras e investidores com US\$ 130 trilhões em ativos prometeram colocar o combate às mudanças climáticas no centro de seu trabalho e ganharam apoio na forma de esforços para colocar os investimentos verdes em bases mais firmes. Embora os US\$ 130 trilhões sejam mais do que suficientes para financiar a transição, não está claro quanto desses trilhões serão realmente destinados para descarbonização.

**Carvão:** Indonésia, Polônia, Vietnã e outros, prometeram eliminar gradativamente o uso dessa fonte de energia e interromper a construção de usinas. Mas as nações mais dependentes do carvão do mundo ficaram de fora. Veja quais

**Florestas e uso da terra:** 45 governos prometeram ações urgentes e investimentos para proteger a natureza e mudar para formas mais sustentáveis de agricultura, enquanto 95 empresas de uma variedade de setores se comprometeram a ser "Positivas para a Natureza". As promessas incluem US\$ 4 bilhões em investimentos do setor público que ajudariam a estimular a inovação, como o desenvolvimento de safras resistentes a secas, inundações e ondas de calor que poderiam beneficiar "centenas de milhões de agricultores", diz Alok Sharma. Leia aqui

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 08/11/2021*

## **BOLSONARO REAFIRMA QUE QUER "SE LIVRAR" DA PETROBRAS, E GASOLINA ATINGE O MAIOR VALOR DO SÉCULO**

*Por epbr - 8 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter*

**Contato da redação**  
[epbr@epbr.com.br](mailto:epbr@epbr.com.br)

● AO VIVO COP26 | A partir das 18h, live comandada por Gabriel Chiappini repercute todos os acontecimentos do dia na Cúpula do Clima da ONU. Inscreva-se: <https://bit.ly/3tPKAKK>

### **em jogo**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a repetir no sábado (6/11) que o governo estuda alguma forma de privatizar a Petrobras. Em discurso a apoiadores após uma motociata na cidade de Ponta Grossa (PR), o presidente afirmou que deseja "se livrar" da estatal, segundo O Globo.

— Bolsonaro argumenta que apesar de não poder interferir na forma como a estatal define os preços, ele é responsabilizado pela população pelos aumentos.

— “Sabemos da inflação, aumento de combustível. Sabemos da Petrobras, é independente, infelizmente. E nós estamos buscando uma maneira de ficar livre da Petrobras. Fatiar bastante, quem sabe partir para uma privatização”, disse Bolsonaro.

— Na sexta (5/11), a Petrobras informou que consultou os ministérios da Economia e de Minas e Energia e que ambos negaram a existência de qualquer estudo ou plano para privatizar a empresa

— Desde 2011, a Petrobras já se desfez de 80 ativos, como campos de petróleo, refinarias e gasodutos, mas pouco mudou em sua posição dominante no setor. Responde pela operação de 92% da produção de óleo e gás, 98% do refino e entre 80% e 85% do abastecimento de gasolina e diesel, aponta também O Globo.

— Segundo o jornal, a presença maciça da Petrobras e obstáculos técnicos e regulatórios para ampliar a competição no setor dificultam um alívio em preços como os dos combustíveis em momentos de alta do petróleo no mercado global, como agora.

— E novamente a ANP verificou aumento de preços nos postos, de acordo com seu levantamento semanal, aponta o Valor. Com isso, a pressão sobre a inflação deve se acentuar em novembro.

— O litro da gasolina aumentou 3,15% na semana passada, para R\$ 6,562. Em outubro, atingiu preço médio de R\$ 6,341, o patamar mais alto deste século, tanto em valores nominais quanto ajustados à inflação, segundo o monitor de preços do Observatório Social da Petrobras (OSP), entidade de pesquisa ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A alta nos postos já chega a 45,3% no ano.

— O diesel S-10 subiu 4,8% nos postos, para um valor médio, na bomba, de R\$ 5,29. No ano, acumula aumento de 42,3% nas bombas. Em outubro, o valor médio do litro vendido nos postos foi de R\$ 5,096, segundo a ANP, valor mais alto desde 2012, quando o produto começou a ser vendido no Brasil, aponta o OSP.

— O aumento do etanol hidratado nas bombas chega a 59,3% no ano. Enquanto o gás natural veicular (GNV) acumula alta de 33,1%.

PetroRio negocia Albacora e Albacora Leste A PetroRio anunciou na sexta (5/11) que, em consórcio com a Cobra, foi escolhida pela Petrobras para participar de negociações exclusivas para os termos finais de compra e venda dos campos de Albacora e Albacora Leste, em águas profundas da Bacia de Campos.

— Em setembro, a Petrobras anunciou que recebeu ofertas dos consórcios PetroRio e Cobra e EIG Global Energies Partners, Enauta e 3R Petroleum. A estatal estimava que as propostas podiam superar US\$ 4 bilhões para ambos os campos.

— Albacora começou a produzir em 1987, e a venda inclui duas plataformas de produção e processamento, a semissubmersível P-25 e o FPSO P-31. Já Albacora Leste começou a produzir em 2006 a partir do FPSO P-50, que ficou marcada como a plataforma da autossuficiência do Brasil em petróleo.

Petrobras conclui venda de participação em geradoras A Petrobras concluiu na sexta (5/11) a venda de suas participações acionárias de 20% na Termelétrica Potiguar (TEP) e de 40% na Companhia Energética Manauara (CEM) para a Global Participações Energia (GPE).



— A operação foi concluída com o pagamento de R\$ 155,6 milhões à Petrobras, já com os ajustes previstos nos contratos, sendo R\$ 79,4 milhões pela TEP e R\$ 76,2 milhões pela CEM.

— A TEP é uma holding controlada pela GPE, detentora de 80% do seu capital social, e possui participações societárias diretas na Areia Energia e Água Limpa Energia, proprietárias de PCHs localizadas em Tocantins, com capacidades instaladas de 11,4 MW e 14,0 MW, respectivamente.

— A TEP ainda detém 60% do capital social da CEM. Esta possui uma termelétrica a gás natural no Amazonas, com 85,4 MW de capacidade instalada.

Importações de petróleo da China caem a níveis de 2018 Em outubro, as importações de petróleo pela China caíram para o seu nível mais baixo desde setembro de 2018. Grandes refinarias estatais retiveram as compras devido ao aumento dos preços, enquanto as refinarias independentes foram restringidas por cotas limitadas.

— Segundo dados da Administração Geral das Alfândegas, a China comprou 37,8 milhões de toneladas de petróleo (8,9 milhões de barris por dia) no mês passado, ante 9,99 milhões de bpd em setembro e 10,02 milhões de bpd em igual mês de 2020.

— De janeiro a outubro, as importações totalizaram 425,06 milhões de toneladas, ou 10,21 milhões de bpd, queda de 7,2% com relação ao ano anterior. CNN Brasil

Acidente em plataforma na Líbia Três pessoas morreram e uma quarta estava desaparecida após um acidente ocorrido na sexta (5/11) na plataforma de petróleo de Al-Buri, na costa da Líbia, informou a empresa Mellittah Oil and Gas. AFP

Ônibus elétricos no Rio de Janeiro A Enel X Brasil, do Grupo Enel, inicia este mês a operação dos seus primeiros ônibus elétricos no Brasil, em uma parceria com a Prefeitura do Rio. O programa Verão Verde vai oferecer passeios turísticos gratuitos em ônibus elétricos pelas principais atrações culturais de Madureira, Zona Norte da cidade.

— A Enel X foi escolhida após convocação pública realizada pela prefeitura e será responsável pela operação, manutenção e custo de recarga da frota que integra o programa. Ao todo, serão quatro veículos em operação, sendo três elétricos e um a gás.

— Os ônibus elétricos do circuito cultural de Madureira virão equipados com carregadores de aparelhos de celular. A Enel X também será responsável pela instalação da infraestrutura de recarga para os ônibus, além da seleção e treinamento dos condutores dos veículos.

— Cada ônibus 100% elétrico BYD evita, em média, a emissão de 118,7 toneladas de CO2 ao ano na atmosfera, o equivalente ao plantio de 847 árvores por veículo (Considerando 72.000 km rodados/ano).

Aneel homologa leilão emergencial A diretoria da Aneel aprovou por unanimidade, em reunião extraordinária nesse sábado (6/11), a homologação do leilão emergencial realizado em 25 de outubro. Foram contratados 775,8 MW médios, de 17 novos projetos – 14 térmicas a gás, uma a cavaco de madeira e duas solares fotovoltaicas.

— A reunião retomou um processo interrompido por liminar concedida na sexta (5/11) por um juiz da Vara Federal Cível e Criminal da seção judiciária de Paulo Afonso (BA), que viu risco para os consumidores no resultado do leilão, por aumentar o preço das tarifas de energia. Estadão

Nuclear como solução climática Na COP26, em Glasgow, na Escócia, defensores da energia nuclear participam da conferência para defender a expansão da fonte, impulsionados pela crise climática.

— “Esta COP é talvez a primeira em que a energia nuclear tem lugar na mesa de negociações, é levada em consideração e pode falar sem o fardo ideológico que existia antes”, comentou o argentino Rafael Mariano Grossi, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

— Ganha importância o argumento das term nucleares sobre suas baixas emissões de CO2, concentradas na extração de urânio e no concreto para as usinas. “A energia nuclear é parte da solução para o aquecimento global. Não é uma panaceia, pode não ser para todos, mas já fornece mais de 25% da energia limpa”, disse Grossi. AFP

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 08/11/2021



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### LIRA QUER VOTAR 2º TURNO DA PEC DOS PRECATÓRIOS NESTA TERÇA, ANTES DO FIM DO JULGAMENTO DO STF SOBRE EMENDAS

Presidente da Câmara e governo estão fazendo contagem de votos e acreditam que podem compensar deserções da esquerda com maior presença do Centrão

Por Geralda Doca



**Discussão e votação de projetos. Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira** Foto: Michel Jesus / Agência O Globo

BRASÍLIA – O governo e Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, querem liquidar nessa terça-feira a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que adia o pagamento de precatórios em segundo turno entre os deputados.

O objetivo é tentar resolver a situação na Câmara independentemente da decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o chamado Orçamento secreto. O Governo passou a segunda-feira fazendo simulações de votos para saber se tem segurança para aprovar a proposta, que precisa dos votos dos 308 dos 513 deputados.

Lira admite de forma reservada que poderá haver algum recuo de parlamentares do PDT e PSB, que ajudaram a aprovar a proposta em primeiro turno na semana passada, mas alega que conseguirá compensar os votos de desertores com folga em outras legendas.

A expectativa é que deputados faltosos no Centrão na semana passada compareçam à Câmara nesta semana. Na votação do primeiro turno, estiveram presentes 462 deputados, e a PEC foi aprovada com 312 votos, apenas quatro a mais que o mínimo necessário.

Além do apoio de alguns deputados de legendas de esquerda, a PEC passou graças a uma manobra de última hora para que deputados que estavam fora do país pudessem votar pelo sistema remoto, na sessão presencial no plenário. O feriado no meio da semana também prejudicou o quórum. Lira não divulga quais deputados votaram do exterior.



Desta vez, Lira aposta em quórum mais alto. Segundo parlamentares, ele tem dito que pautará a matéria de qualquer forma, para aprovar ou perder, como forma de reforçar sua estratégia de mostrar força e conquistar apoios.

No entanto, a expectativa de líderes é qualquer decisão vai depender do placar previsto por Lira e pelo governo. A PEC amplia os gastos e abre caminho no Orçamento para o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400 no ano eleitoral.

— Vamos votar e aprovar nessa terça-feira — disse o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), que sempre demonstrou otimismo em todo o processo de apreciação da PEC.

Desde a sexta-feira, quando a ministra do STF, Rosa Weber, mandou suspender o Orçamento secreto, Lira começou a articular uma solução com os ministros da Corte. Tanto que o presidente do STF, ministro Luiz Fux, decidiu levar a decisão para plenário nessa terça-feira.

Na Câmara, Lira é o operador das chamadas emendas de relator, recursos orçamentários distribuídos entre parlamentares da base aliada para aprovar matérias de interesse do governo. Essa verba entrou na negociação da PEC dos precatórios.

No Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é o responsável pela divisão das emendas de relator, que somam R\$ 16,8 bilhões. A decisão da ministra desagradou Alcolumbre.

Segundo fontes a par do assunto, Lira atua para derrubar a decisão da ministra, considerada por ele o cenário ideal. Mas também é esperado um segundo cenário que daria maior conforto aos ministros. Seria manter as emendas, mas exigir maior transparência, com a indicação, por exemplo, do deputado que pediu os recursos – mesmo mecanismo das emendas individuais.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2021*

## **CONFEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DIZ QUE A PEC DOS PRECATÓRIOS VAI REDUZIR DÍVIDAS DAS PREFEITURAS EM R\$ 36,3 BILHÕES**

Texto inclui parcelamento das dívidas previdenciárias em até 240 meses com perdão de juros e multa

*Por Geralda Doca*

### **Presidente da Câmara quer 2º turno da votação da PEC dos Precatórios nesta terça**

BRASÍLIA – A Confederação Nacional do Municípios (CNM) saiu em defesa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que adia o pagamento de precatórios.

Em nota divulgada nesta segunda-feira, a entidade afirma que o parcelamento especial para os municípios, incluído no texto, vai permitir a redução da dívida previdenciária de R\$ 36,3 bilhões, com perdão de juros e multas.

Segundo turno: Lira quer votar 2º turno da PEC dos Precatórios nesta terça, antes do fim do julgamento do STF sobre emendas

A medida foi incluída na PEC pelo relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), para atrair apoio dos prefeitos. A proposta adia o pagamento sentenças judiciais contra a União, amplia gastos e abre caminho no Orçamento para o Auxílio Brasil de R\$ 400, no ano eleitoral.

“A Confederação Nacional de Municípios (CNM), em nome do movimento municipalista, vem a público expressar seu apoio à PEC”, diz a entidade.

Segundo a CNM, a dívida previdenciária dos municípios totaliza R\$ 126,5 bilhões, sendo R\$ 104 bilhões no âmbito da Previdência Social (INSS) e R\$ 22,5 bilhões dos regimes próprios.

Atualmente, 4.387 Municípios devem à Previdência. A PEC autoriza o parcelamento em até 240 meses de dívidas vencidas até 31 de outubro de 2021, inclusive os parcelados anteriormente, com redução de multas e juros.

“Um novo parcelamento especial das dívidas previdenciárias é essencial para amenizar a situação fiscal dos entes locais, que estão sufocados pela cobrança desses valores”, diz o texto.

Segundo a nota, a redução dos encargos representa, em média, quatro meses de repasses aos 5.568 municípios. A CNM alerta que as dívidas previdenciárias são responsáveis por constantes retenções dos recursos do Fundo.

A CNM também considera positiva a inclusão dos precatórios da educação entre os pagamentos classificados como prioritários.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), anunciou na rede social que prefeitos virão a Brasília, nesta terça-feira, para apoiar a votação da PEC:

“Amanhã teremos mais de 1000 prefeitos em Brasília para apoiar a votação da PEC 23. Auxílio Brasil para os brasileiros que mais precisam. É a prioridade do governo Bolsonaro”, disse Barros.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2021*

## REVISÃO DA TARIFA DO MERCOSUL AJUDA NA REDUÇÃO DO PREÇO DA COMIDA, DIZ GUEDES

Ministro da Economia ressalta que a redução da tarifa externa comum foi amplamente discutida com outros países e que está na direção correta para modernização do bloco

*Por Fernanda Trisotto*



***O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a redução da tarifa externa comum do Mercosul***  
***Foto: Isac Nóbrega/PR / Agência O Globo***

BRASÍLIA – O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) como uma medida que levará à modernização do Mercosul. Disse ainda que a decisão é relevante para atender necessidades internas, como a diminuição do custo de alimentos e

outros itens essenciais no Brasil

— A modernização do Mercosul passa também pela dimensão tarifária e nós trabalhamos isso bastante com os nossos sócios. É importante ter acesso e atenção às necessidades internas de forma a reduzir o custo de comida, de itens essenciais para a população brasileira – declarou.

O ministro participou da abertura do seminário “Mercado Digital Regional”, promovido pelo Ministério de Relações Exteriores e Cepal nesta segunda-feira.

Na semana passada, o Brasil reduziu em 10% as alíquotas de importação de 87% do universo tarifário, com a justificativa de que essa redução é importante para o combate à Covid-19 e para ajudar a conter a inflação. No entanto, especialistas consultados pelo GLOBO avaliam que esse impacto será limitado.

### Relações engessadas

Guedes ressaltou que a redução da alíquota – que não abrange setores sensíveis como automobilístico e têxtil – teve a concordância dos demais parceiros do bloco.

— Ainda que temporário e moderado, nós estamos indo na direção correta de modernização. Manter o Mercosul relevante para o Brasil depende justamente de sua capacidade de resposta a essas oportunidades de mercado que existem e essas necessidades de reforma – argumentou.

A avaliação de Guedes sobre o Mercosul é que o bloco foi visionário quando formado, mas que acabou engessando muito as relações comerciais entre os países, e que precisa passar por mudanças para promover uma integração mais ampla com a economia global, por meio de novos acordos.

O mercado digital regional seria uma possibilidade para caminhar nessa direção:

— Temos agora uma revolução digital, uma segunda grande oportunidade de relançamento das nossas plataformas. É nesta oportunidade para modernização do Mercosul que nós temos que incluir essa pegada digital, essa nova dimensão que transforma o nosso mercado em extraordinariamente atraente e, ao mesmo tempo, moderno para que sigamos no projeto de integração global.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 08/11/2021*

### BRASIL TERÁ NOVA USINA NUCLEAR ATÉ 2031, DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

Hoje, energia nuclear representa 3% da eletricidade gerada no país

*Por Manoel Ventura*



**Usina nuclear de Angra 3, que está com as obras paradas Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo/04-02-2020**

BRASÍLIA — Antes mesmo da retomada das obras de Angra 3, o governo planeja a construção de uma nova usina nuclear no país até 2031. A informação foi dada pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em evento do setor no Rio, na semana passada.

A construção da usina deve ser indicada no Plano Decenal de Energia (PDE) de 2031, documento que serve de base para o planejamento do setor. Com duas usinas (Angra 1 e 2, em Angra dos Reis-RJ), a matriz responde hoje por menos de 3% de toda a energia gerada no país. O governo diz que está estudando onde será construída a nova usina nuclear.

— Já pensando mais para frente, estamos trabalhando no PDE 2031, a ser apresentado no início do próximo ano, que além da conclusão de Angra 3, em 2026/2027, estará prevista a implantação de uma nova usina nuclear no Brasil. Para isso, o Ministério de Minas e Energia, a EPE e a Cepel, já deram início aos estudos complementares para localização de novos sítios nucleares no Brasil — disse.

A construção de Angra 3 parou depois de denúncias de corrupção e por conta da deterioração do cenário fiscal. Agora, o governo busca parceiros e uma forma de fazer com que a obra seja retomada e a usina entre em operação entre 2026 e 2027.



A construção de usinas nucleares sempre esteve nos planos de Albuquerque, que é um entusiasta do setor. Mas, até agora, não havia uma sinalização clara de construção de uma nova usina no médio prazo. Também não é previsão de leilão para construção de uma usina nuclear.

Atualmente, só o governo pode construir usina nuclear porque a Constituição diz que isso é competência exclusiva da União. As duas usinas nucleares são operadas pela Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras.

A exploração de urânio, combustível das usinas nucleares, também é monopólio da União. De acordo com fontes do setor, essas duas questões são entreselas para a construção de usinas nucleares. Hoje, a Eletronuclear tem poucos recursos para montar a construção de uma usina.

Além disso, será preciso aumentar a exploração de urânio, que hoje só é permitida à iniciativa privada se houver outro mineral associado em grande volume, como acontece em Santa Quitéria, no Ceará.

Na cidade do Ceará, a empresa Galvani explora, em parceria com a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a jazida Itataia, onde o urânio (30%) é encontrado associado ao fosfato (70%). A Galvani fica com o fosfato e entrega o urânio à INB.

Albuquerque já sinalizou interesse em quebrar o monopólio da União na exploração da energia nuclear, mas para isso será preciso mudar a Constituição — e, até agora, o governo não propôs isso ao Congresso.

Para a escolha do local onde será construída a nova usina nuclear, o governo está atualizando um estudo de 2010, que indicou 40 prováveis locais.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2021*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### **BOLSONARO: ESTÁ CRESCENDO TENDÊNCIA DE CAMINHONEIROS PARAREM O BRASIL**

Presidente afirmou que o motivo seria a alta dos combustíveis e voltou a culpar a Petrobras pelos aumentos

*Por Eduardo Gayer, O Estado de S. Paulo*

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira, 8, em entrevista à rádio Jovem Pan Curitiba, que está crescendo a "tendência de caminhoneiros de parar o Brasil" por causa da alta dos combustíveis. "É uma coisa que afeta todo mundo", disse, sobre potenciais impactos de bloqueios.

Ele mais uma vez pediu responsabilização da Petrobras pelo salto no preço dos combustíveis. "Vamos reclamar de quem é realmente responsável por isso, a Petrobras", disse na entrevista, dirigindo-se aos caminhoneiros. "A melhor coisa que pode fazer para o social é baratear os combustíveis", acrescentou.

O governo tem buscado desmobilizar possíveis protestos de caminhoneiros, uma base de apoio do Palácio do Planalto, preocupado com o impacto econômico de eventuais bloqueios em um contexto de crise.

Nesta segunda, a Anfavea, entidade que representa as montadoras de veículos no Brasil, informou que a paralisação dos caminhoneiros na semana passada dificultou a retirada de peças

no porto de Santos, o que pode levar a novas interrupções nas linhas de montagem em um momento em que as fábricas não conseguem recompor estoques.

Mais uma vez na tentativa de se blindar de críticas sobre a alta dos combustíveis, Bolsonaro voltou a jogar o problema no colo da Petrobras e a criticar a empresa. “Os dividendos são, no meu entender, absurdos. R\$ 31 bilhões em três meses. Eu não quero na parte da União ter esse lucro fantástico”, afirmou.

No fim de outubro, Bolsonaro já havia dito que a Petrobras não poderia dar um lucro muito alto, causando impacto negativo no mercado financeiro. A petrolífera registrou lucro de R\$ 31,14 bilhões no terceiro trimestre deste ano.

O presidente ainda voltou a criticar a política de preços da Petrobras, chamada por ele de equivocada. “Nós somos autossuficientes em petróleo, não justifica isso aí. Não podemos ficar escravizados ao preço lá de fora”, afirmou, sobre o alinhamento dos reajustes de preços no Brasil à variação do petróleo no mercado internacional. “Lucro da Petrobras, ao longo dos anos, grande parte vai para acionistas.”

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 08/11/2021*

## LIRA PEDE AO STF QUE DERRUBE DECISÃO DE ROSA WEBER CONTRA PAGAMENTOS DO ORÇAMENTO SECRETO

Presidente da Câmara argumenta que não cabe intervenção do tribunal na distribuição de verbas por meio das chamadas emendas do relator

*Por Rayssa Motta*

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pediu nesta segunda-feira, 8, ao Supremo Tribunal Federal (STF) que revogue a ordem da ministra Rosa Weber para suspender os pagamentos do governo de Jair Bolsonaro feitos por meio do orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão em maio.

Lira sugere duas alternativas: que a ministra reveja a própria decisão individual ou que o colegiado derrube a liminar. O tema está pautado para julgamento no plenário virtual do tribunal a partir desta terça-feira, 9. O deputado também vai se reunir com o presidente do STF, Luiz Fux, para tentar convencê-lo de que o assunto é interno da Câmara e uma intervenção da Corte representaria avanço sobre as prerrogativas do Legislativo.

“A intervenção judicial no caso dos autos seria uma afronta ao princípio da separação de poderes”, escreve Lira. “Não cabe ao Poder Judiciário alterar as escolhas legitimamente feitas pelo legislador, tais como as referentes às programações incluídas na lei orçamentária por meio de emendas de relator. Essas escolhas decorrem de decisão típica e soberana do Parlamento”, segue na manifestação enviada nesta tarde ao Supremo.



***O presidente da Câmara, Arthur Lira, foi acusado de receber R\$ 1,5 milhão da Queiroz Galvão. Foto: Dida Sampaio/Estadão***

Ao tribunal, Lira defende que as chamadas emendas de relator-geral, identificadas pelo código RP-9, estão dentro da lei e, pelo caráter discricionário, admitem ‘margem de escolha de responsabilidade exclusiva do gestor público’ e ‘faculdade do relator geral de indicar beneficiários durante a execução orçamentária’.

“Essa margem, que pode variar de acordo com cada órgão concedente, é a que possibilita que sejam consideradas especificidades durante a execução do orçamento, as quais decorrem da diversidade de situações dentro do universo de 5.570 Municípios e de todos os Estados e o Distrito Federal”, defende.

O Senado Federal também enviou manifestação ao STF defendendo a continuidade dos pagamentos e alertou para ‘drásticas consequências’ que podem advir da suspensão dos repasses.

Na última sexta-feira, 5, Rosa Weber determinou a suspensão imediata de todos os pagamentos feitos via orçamento secreto, impondo um duro revés ao presidente Jair Bolsonaro, que tem distribuído bilhões de reais a parlamentares em troca da aprovação de projetos de seu interesse no Congresso. A ministra se disse ‘perplexa’ com o esquema de distribuição de recursos públicos e travou os repasses até que o plenário do STF bata o martelo sobre o tema. Um dos pontos considerados por ela foi justamente a falta de transparência em torno dos pedidos de deputados e senadores para órgãos do governo indicando a utilização desses recursos.

No gabinete de Rosa desde junho, a decisão foi dada no mesmo dia em que o Estadão revelou a continuidade da prática pelo Planalto, com a distribuição de R\$ 1,2 bilhão a deputados na véspera da votação da PEC dos precatórios. Ao jornal, o deputado Celso Maldaner (MDB-SC) admitiu que a oferta levada a parlamentares foi de R\$ 15 milhões por voto.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 08/11/2021*

## MAIORES EMPRESAS DO PAÍS CRITICAM ATRASO DO MERCADO DE CARBONO EM PROPOSTA DE CARLA ZABELLI

Conselho empresarial classificou como "grande decepção" a proposta da deputada de condicionar a regulamentação da ferramenta em até dois anos após o Congresso ratificar o que for decidido sobre o tema no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas  
*Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Entidade que reúne cerca de 80 dos maiores grupos empresariais do País, com faturamento equivalente a cerca de 47% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) desaprovou a minuta de relatório da deputada bolsonarista Carla Zambelli (PSL-SP) sobre o projeto que prevê um mercado regulado de carbono no Brasil. A organização classificou como uma "grande decepção" a proposta de condicionar a regulamentação da ferramenta somente em até dois anos após o Congresso Nacional ratificar o que for decidido sobre esse mercado no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

A regulamentação do artigo 6º do Acordo de Paris (mercado de carbono) é um dos principais assuntos discutidos atualmente pela Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas



de 2021 (COP26), que ocorre em Glasgow, Escócia, até 12 de novembro. De certa forma, a sugestão da deputada vai ao encontro com o que defendeu o governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Durante as discussões da proposta, o Ministério do Meio Ambiente recomendou que a Casa aprovasse o projeto de lei somente após as definições da COP26.

**A deputada Carla Zambelli (PSL-SP). Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados**

Na última quinta-feira, 4, a Câmara aprovou um requerimento de urgência para que o texto do PL seja votado diretamente no plenário da Casa. O movimento é resultado de um grupo de

deputados, liderado pelo vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), que quer ver o projeto chancelado o mais breve possível para dar uma sinalização concreta ao restante do mundo sobre o compromisso do País em adotar um mercado regulado - tarefa que pode sair frustrada a depender do texto final.

Hoje o projeto está na Comissão de Meio Ambiente, onde é relatado por Carla Zambelli, que também preside o colegiado. Também na quinta, a deputada divulgou uma versão prévia do seu parecer e afirmou que a proposta poderá ser votada nesta segunda-feira, 8, no plenário da Câmara.

Em pronunciamento, a deputada afirmou que, apesar das regiões Sudeste e Sul estarem preparadas para receber a obrigatoriedade do crédito de carbono, o Norte e o Nordeste não estariam. “E o que poderia acontecer? O problema de as regiões mais pobres do País acabarem tendo que pagar para as regiões mais ricas do País”, disse ela.

No texto do PL do mercado de carbono aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, o mercado regulado teria fase de adesão voluntária nos primeiros dois anos de sua implementação, com a previsão de transição para a adesão mandatória em sua segunda fase de implementação.

Essa ferramenta poderia ajudar o País a fortalecer uma economia de baixo carbono porque estabelece um teto anual de emissões para parte da indústria. Comumente, o controle começa com empresas intensivas em carbono, depois evoluindo para outros gases de efeito estufa e abrangendo mais setores.

Os direitos de emissão então são distribuídos gratuitamente ou leiloados entre o setor regulado. A partir daí, os agentes podem comercializar o crédito entre si. Uma empresa que emite menos do que o permitido tem a chance de vender o direito para outra empresa que irá exceder seu teto de emissão de carbono. Ao fim, todos precisam estar em conformidade e o teto, que é gradualmente reduzido ao longo dos anos, respeitado.

### **Decepção**

Em nota para comentar a proposta de Carla Zambelli, que ainda não é a final, o Cebds afirmou que o setor privado “sinalizou de maneira inequívoca a necessidade de um mercado regulado” e que, portanto, a mudança no texto seria uma decepção. “Foi uma grande decepção entender que a parte que estabelecia esse mercado foi retirada do texto, deixando uma previsão incerta e futura”, apontou o Cebds.

De acordo com a entidade, o entendimento de condicionar a implementação somente após a ratificação pelo Congresso do que for decidido sobre o artigo 6º está equivocado e resulta em dois grandes problemas. Um deles é porque o artigo 6º não se confunde com um mercado regulado nacional. “São dois conceitos diferentes”, apontou a entidade, lembrando que o Brasil não tem controle sobre o fim da regulação do artigo, “o que se traduziria por uma indefinição da implementação do Mercado Regulado no Brasil”.

O outro problema, de acordo com o conselho, é que uma regulamentação futura não irá proteger o setor industrial brasileiro de barreiras comerciais climáticas que já foram anunciadas. “Portanto, no âmbito do mercado regulado no Brasil, não tivemos avanços reais”, manifestou o Cebds.

Em nota, a assessoria da deputada afirmou que o texto divulgado é uma proposta e que está “aberta para conversar e ouvir as lideranças partidárias”. “Contudo este tende a ser o texto final”, afirmou.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 08/11/2021**

## GOVERNO MONTA 'GRUPO PARALELO' PARA MUDAR LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PETRÓLEO E GÁS

Segundo o governo, o novo grupo será um instrumento de 'natureza consultiva' e que vai atuar na criação de fórum técnico permanente para 'revisão de dispositivos legais e infra legais relacionados ao licenciamento ambiental'

*Por André Borges, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O governo decidiu montar uma estrutura paralela com membros de seus ministérios e instituições do setor de óleo e gás, com o objetivo de mexer nas regras de licenciamento ambiental que tratam da exploração de petróleo e demais insumos fósseis. A decisão ocorre um mês depois de o Ministério de Minas e Energia (MME) amargar o pior resultado de todos os leilões de concessão de petróleo já realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A 17ª rodada de licitações de áreas exploratórias, realizada em 7 de outubro, foi um fracasso total. Somente cinco de 92 blocos oferecidos foram arrematados. Foi a rodada que menos vendeu blocos e a que teve a segunda pior arrecadação de bônus de assinatura para a União, com apenas R\$ 37 milhões em caixa. O impacto ambiental foi um dos principais obstáculos encarados pelo governo e que esvaziou completamente o interesse das petroleiras.



**Exploração de petróleo Foto: Sérgio Castro/Estadão**

Nesta segunda-feira, 8, por meio de um despacho, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, oficializou a criação de um “Grupo de Trabalho de Licenciamento Ambiental”, proposta que passou pelo crivo do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esse grupo terá o “objetivo de propor estratégias para otimizar o processo de licenciamento ambiental relacionado à exploração e produção de petróleo e gás

natural”.

Trata-se de uma estrutura paralela que não existia até hoje. O licenciamento é tema regulado por leis federais e que hoje está sob a tutela do Ibama, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia. O regimento do setor também é tema de debate pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Segundo o governo, o novo grupo de trabalho será um instrumento de “natureza consultiva” e que vai atuar na criação de fórum técnico permanente entre o governo e a indústria para “revisão de dispositivos legais e infra legais relacionados ao licenciamento ambiental da exploração e produção de petróleo e gás natural”.

A ideia seria formular propostas sobre “estruturação, planejamento, integração e uso de banco de dados em apoio ao licenciamento ambiental”. O grupo se propõe ainda a atuar na definição de requisitos mínimos para a “modelagem de dispersão de óleo” e edição de “boas práticas ambientais pela indústria”.

O grupo será formado por representantes do Ministério de Meio Ambiente, que o coordenará, Casa Civil da Presidência da República, Ministério de Minas e Energia; Ministério da Economia, ANP, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os representantes dos órgãos e entidades serão designados pelo ministro Bento Albuquerque.

Pelo despacho, o Grupo de Trabalho terá o prazo de 180 dias, quando irá submeter um “relatório final” ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esse prazo poderá ser prorrogado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 08/11/2021

### GOVERNO DO RIO ESPERA MOVIMENTAR R\$ 7,3 BI COM LEILÃO DE BLOCO REMANESCENTE DA CEDAE

Edital publicado nesta segunda mostra que área que será concedida no fim do ano foi ampliada e agora conta com parte da capital fluminense e mais 20 municípios; valor total previsto inclui investimentos e outorga mínima de R\$ 1,159 bilhão

*Por Bruno Villas Bôas e Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo*

RIO - O governo do Estado do Rio publicou nesta segunda-feira, 8, o edital de concessão da área remanescente dos leilões dos serviços prestados pela Cedae, a estatal fluminense de água e esgoto, que ficou sem interessados no certame de abril. Expandida, a área de concessão agora abrange parte da capital fluminense (bairros da zona oeste) e mais 20 municípios do interior, ante as seis cidades do interior que estavam incluídas no desenho original da área, oferecida em abril.

O novo leilão de concessão de parte dos serviços de água e esgoto prestados pela Cedae, a estatal fluminense, será realizado em 29 de dezembro com lance mínimo de R\$ 1,16 bilhão, menos da metade do valor pretendido na fase de consulta pública (R\$ 2,5 bilhões), segundo o edital.



**A concessão dos serviços de saneamento da Cedae foi oferecida ao mercado em quatro blocos nos leilões de abril. O bloco 3 terminou sem interessados Foto: Mauro Pimentel/AFP**

O valor dos investimentos em obras foi estimado em R\$ 4,7 bilhões. Somado às outorgas, o investimento total previsto é de R\$ 7,3 bilhões, em 35 anos de concessão.

Segundo Nicola Miccione, secretário de Estado da Casa Civil do Rio, a menor outorga fixa mira aumentar a competitividade do leilão, principalmente após a inclusão de municípios com operações financeiramente deficitárias no bloco ofertado. “A decisão foi garantir serviços à população. A outorga deixa de ser mais relevante, permitindo discussão de ágio, mas garantindo o investimento obrigatório de R\$ 4,7 bilhões [em obras]”, afirmou o secretário.

O leilão prevê a concessão das áreas de saneamento do bloco 3, que não foi arrematado no certame realizado em abril. O secretário reafirmou que a falta de ofertas não teve relação com a presença de milícias na zona oeste do Rio.

Para ele, o desinteresse teve relação com os elevados ágios pagos nos outros blocos. Os leilões do início do ano resultaram em R\$ 22,7 bilhões em taxas de outorga, em três blocos, ante o valor mínimo de pouco mais de R\$ 10 bilhões para as quatro áreas.

A expectativa de Miccione é que uma “boa disputa” no leilão previsto para dezembro poderá resultar em mais ágio. Entre as maiores operadoras de saneamento do País, a BRK Ambiental disse que não se manifestaria sobre o interesse na nova concessão. A Aegea informou que está sempre atenta às novas oportunidades. A Iguá Saneamento e Águas do Brasil não responderam até o fechamento deste texto.

Na nova concessão, a área do bloco 3 cresceu. Agora, abrange parte da capital (bairros da zona oeste) e 20 municípios do interior. Anteriormente, o bloco incluía apenas seis cidades do interior –

as quatro áreas oferecidas em abril incluíram 35 dos 64 municípios atualmente atendidos pela Cedae.

Mesmo assim, cidades de médio porte, como Angra dos Reis, no litoral sul do Rio, e Teresópolis, na região serrana, ficaram de fora do projeto do governo estadual. Na semana passada, Teresópolis publicou o edital de concessão de seus serviços de água e esgoto num projeto separado.

A concessão, por 25 anos, prevê R\$ 477 milhões em investimentos em obras, além de uma taxa de outorga mínima de R\$ 60 milhões. A licitação será tradicional, e não por meio de leilão – uma comissão escolherá a proposta que oferecer a maior taxa de outorga. A concorrência pública está marcada para 20 de dezembro.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 08/11/2021*

ECONÔMICO  
**Valor**

Informação que vira dinheiro.

### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### IMPORTAÇÕES CHINEAS DE SOJA CAÍRAM 41% EM OUTUBRO

das compras no mês passado foi o menor desde março de 2020

*Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo*



A China importou 5,11 milhões de toneladas de soja em outubro, volume 41% menor que o de outubro de 2020 e o mais baixo desde março do ano passado, segundo o Commerzbank, que cita dados da Administração Geral de Alfândegas da China. Em relação a setembro, as importações diminuíram 25,7%.

De acordo com o banco, o recuo deve-se às margens de processamento apertadas devido à fraca demanda por ração entre os criadores de suínos, ao aumento dos preços internacionais do grão e à diminuição dos embarques de soja dos Estados Unidos por causa do furacão Ida.

***Trabalhadores carregam soja no porto chinês de Nantong, no leste da China — Foto: Valor***

“O furacão danificou pelo menos três terminais de exportação no Mississippi. Os embarques de soja dos EUA devem, portanto, aumentar novamente nos próximos meses, uma vez que os danos aos terminais de exportação foram reparados”, disse o banco em relatório.

No acumulado de 2021 até outubro, as importações chinesas de soja totalizaram 79 milhões de toneladas, ou 5% menos que no mesmo período do ano passado.

A agência Reuters divulgou os dados de importação chinesa de óleos vegetais e de carne. Foram 613 mil toneladas de óleos vegetais em outubro, queda de 22,2% na comparação com setembro. Já as compras chinesas de carnes somaram 664 mil toneladas em outubro, recuo de 4,3% em comparação com o mês anterior.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 08/11/2021*

### PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO SEGUE ABAIXO DE US\$ 100 EM PORTO CHINÊS

Em 2021, a desvalorização chega a 41,5%  
*Por Stella Fontes, Valor — São Paulo*



**Foto: Bishnu Sarangi/Pixabay**

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em leve alta no mercado à vista, ainda abaixo dos US\$ 100 por tonelada, refletindo a demanda morna pela matéria-prima.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro avançou 0,7% no porto de Qingdao, para US\$ 93,82 por tonelada.

Com esse desempenho, em novembro, a commodity reduziu as perdas acumuladas a 12,6%. Em 2021, a desvalorização chega a 41,5%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com vencimento em janeiro com alta de 1,4%, para 570,50 yuans (US\$ 89,17) por tonelada.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 08/11/2021*

### CONGONHAS TERÁ ÁREA INTERNACIONAL PRONTA PARA OPERAR ATÉ FIM DO ANO

Os voos para outros países, porém, serão restritos à aviação executiva  
*Por Mariana Zylberkan, da Folhapress — São Paulo*



**Foto : Edilson Dantas/Agência O Globo**

A área internacional do aeroporto de Congonhas, localizado na zona sul de São Paulo, está prevista para operar até o fim deste ano. Os voos para outros países, porém, serão restritos à aviação executiva.

O novo hangar faz parte de uma série de reformas feitas pela Infraero às vésperas da concessão do aeroporto, prevista pelo governo federal para ser finalizada no primeiro semestre de 2022.

A área internacional é uma demanda antiga dos passageiros, segundo João Márcio Jordão, superintendente do aeroporto de Congonhas. Para inaugurá-la, é preciso obter aval da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), da Polícia Federal e do Ministério da Agricultura.

Os voos para outros países não irão alterar o horário de funcionamento do aeroporto, que continua a operar das 6h às 23h diariamente.

Além da internacionalização, a série de melhorias em Congonhas inclui um novo sistema de segurança para evitar que aviões avancem para além dos limites da pista e provoquem acidentes, como o do voo 3054 da TAM, em julho de 2007, que deixou 199 mortos.



Na tragédia, o piloto não conseguiu parar na pista após o pouso, arremeteu e bateu de frente a um prédio na avenida Washington Luís.

O novo sistema é chamado de Emas (Engineered Material Arresting System, Sistema de Desaceleração com Materiais Projetados, na tradução para o português) e consiste em blocos de concreto poroso instalados sobre estruturas metálicas na extensão das duas cabeceiras da pista.

Devido à consistência do material, o trem do pouso do avião "afunda" quando entra em contato com os blocos, que absorvem a aceleração até a frenagem da aeronave. As obras custaram R\$ 122,5 milhões e foram pagas via licitação contratada pela Infraero.

Iniciada em fevereiro, a instalação tem previsão de ser entregue em março de 2022. O sistema é importado da Suíça e usado em aeroportos com o mesmo problema de escassez de área de escape em Boston e Chicago, nos Estados Unidos, além de Taipei, em Taiwan, e no aeroporto de Barajas, em Madri, na Espanha.

Questionado sobre a demora de mais de uma década desde o acidente com o Airbus da TAM para uma solução definitiva para a segurança da pista de Congonhas, o superintendente disse que foi necessário esperar pelo desenvolvimento da tecnologia certa.

***"As aeronaves mudaram muito tecnologicamente ao longo do tempo", disse.***

O superintendente afirma que o aeroporto sempre foi seguro e opera de acordo com os requisitos da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). "Estamos investindo cada vez mais em segurança, independentemente da concessão."

No ano passado, a pista de Congonhas recebeu uma reforma no asfalto com a instalação nas cabeceiras do chamado grooving, sistema de drenagem de água que melhora a aderência dos pneus das aeronaves no pavimento.

Logo após o acidente com o Airbus da TAM, a então diretora da Anac, Denise Abreu, perdeu o cargo ao ser acusada pelo Ministério Público Federal em São Paulo de ter colocado a operação de Congonhas em risco por ter liberado a pista recém-reformada sem o grooving.

Outras melhorias recentes no aeroporto incluíram a instalação de iluminação led no balizamento da pista, reforma da fachada, ampliação da sala de embarque e instalação de catracas com leitura eletrônica dos cartões de embarque.

Congonhas está entre os últimos 16 aeroportos administrados pela Infraero que serão concedidos à iniciativa privada. O Santos Dumont, no Rio de Janeiro, também está neste pacote a ser negociado.

O edital de privatização dos 16 aeroportos foi aprovado pela Anac no fim de setembro e está em audiência pública.

As negociações serão feitas em blocos. Congonhas está no grupo com o Campo de Marte, localizado na zona norte de São Paulo, e mais três aeroportos em Mato Grosso do Sul e outros quatro no Pará.

Em 2017, o então ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, apresentou um estudo contrário à privatização de Congonhas sob risco de, com a perda da receita do aeroporto em São Paulo, inviabilizar toda a operação da Infraero.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 08/11/2021**

## SETOR DE ÓLEO E GÁS TERÁ INVENTÁRIO DE EMISSÕES

Para IBP, petroleiras terão papel importante no financiamento climático e desenvolvimento de tecnologias

*Por André Ramalho — Do Rio*



***Cristina Pinho: um dos pilares da indústria petrolífera na transição energética será melhorar o desempenho das emissões nos diferentes elos da cadeia — Foto: Divulgação***

A indústria brasileira de óleo e gás se prepara para fazer, pela primeira vez, um inventário detalhado das emissões de gases de efeito estufa do setor no país. Enquanto autoridades do mundo todo se reúnem na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow (Escócia), sob protestos de jovens ativistas contra a falta de medidas mais drásticas

para conter o aquecimento global, a diretora-executiva corporativa do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Cristina Pinho, conta que as petroleiras estão cientes das pressões por descarbonização e assumirão um papel importante não só no financiamento climático, mas também no desenvolvimento das novas tecnologias da transição energética.

A pedido do Ministério de Meio Ambiente, o IBP elaborou uma lista de startups que atuam com descarbonização na indústria petrolífera. A expectativa é mostrar como esse ecossistema de inovação pode contribuir para a redução das emissões.

Cristina Pinho diz que as petroleiras esperam investir “uma fortuna” de cerca de R\$ 3 bilhões anuais, nos próximos anos, em pesquisa, desenvolvimento e inovação, como parte dos compromissos da cláusula de PD&I dos contratos de concessão - que obriga os produtores de óleo e gás a investirem, na área de PD&I, 1% da receita bruta dos campos mais rentáveis.

Depois de investirem pesado em laboratórios e formação de recursos humanos pelo país fora, as petroleiras mudaram o perfil dos investimentos em PD&I nos últimos anos, com foco cada vez mais direcionado às startups. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) flexibilizou as regras, abrindo espaço para que as companhias aplicassem fatias maiores nesse tipo de empresas de inovação. Agora, conta a diretora do IBP, a indústria se organiza para pleitear junto ao regulador a possibilidade de formação de consórcios que permitam dar mais poder de fogo às startups com tecnologia de descarbonização.

“Não podemos abrir mão dessa receita para financiar o futuro da transição energética”, afirma Cristina Pinho ao Valor. “Até porque não se passa pela transição energética sem a indústria de óleo e gás. É uma transição, não é uma ruptura. O mundo não pode ficar sem combustível fóssil de um dia para outro. Se não vamos arruinar. O combustível fóssil tem que financiar a mudança”, complementa.

Segundo Cristina Pinho, a indústria de óleo e gás está consciente de que a transição energética não se trata só de uma necessidade ambiental. “Não estamos fazendo nenhuma bondade. É um bom negócio também. A transição energética é uma oportunidade de novos modelos de negócios, novos produtos”, comenta.

Ela afirma que, no Brasil, a pressão sobre as petroleiras ainda é maior por parte dos investidores do que da própria sociedade civil. “Mas temos, aqui, muitas empresas europeias que estão sofrendo fortemente [a pressão] pela sociedade [nos países de origem]. No Brasil estamos num

momento diferente. As preocupações são outras”, diz a executiva, ao citar o aumento da preocupação do brasileiro com aspectos da crise econômica, como a inflação e a fome.

Cristina Pinho diz que, no IBP, as preocupações com a descarbonização ganharam impulso nos últimos anos. A executiva coordena a Comissão de Mudanças Climáticas do instituto, voltada para o debate técnico do assunto. A entidade também possui um Comitê de Transição Energética, subordinado ao Conselho de Administração.

Ela diz que um dos grandes pilares do posicionamento da indústria petrolífera brasileira, frente à transição energética, será melhorar o desempenho das emissões das operações nos diferentes elos da cadeia. O IBP pretende construir um inventário das emissões das empresas no Brasil, de forma a permitir, no futuro, que o setor trace metas de redução das emissões nos diversos segmentos, como na produção de óleo e gás e no refino.

Atualmente, o Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa estima que o setor energético responde por 29% das emissões do Brasil. O levantamento, porém, trabalha com números agregados, sem informações mais setorializadas.

O gerente de sustentabilidade do IBP, Carlos Victal, diz que, num primeiro momento, o instituto pretende fazer, até o fim do ano, uma “primeira depuração” sobre as emissões da indústria petrolífera, com base em dados públicos. Em 2022, a ideia é coletar os dados diretamente das empresas. “Queremos consolidar tudo para não só estabelecermos metas de redução em cima de uma base definida, mas alimentar outras organizações [que trabalham com inventários de emissões]”, explica.

Segundo Cristina Pinho, o IBP quer se posicionar como um gestor do inventário do setor e auxiliar as empresas no desenvolvimento de planos estratégicos para a descarbonização. O instituto, diz ela, também acompanha com atenção os desdobramentos da regulamentação de assuntos como o mercado de carbono - as petroleiras são contra a taxaço das emissões e favoráveis à comercialização de créditos de carbono.

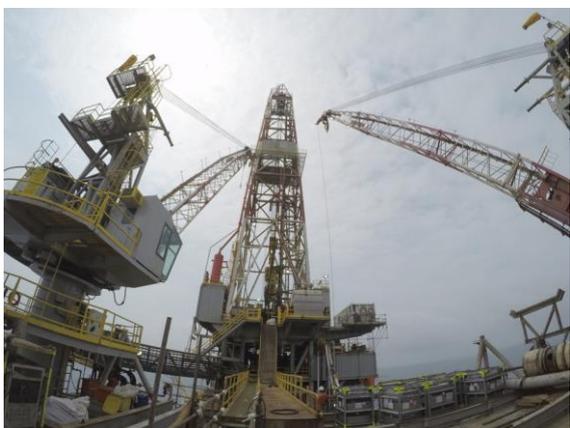
**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 08/11/2021**

## PETRORIO MIRA VENDA DE AÇÕES E DÍVIDA PARA COMPRAR CAMPOS DA PETROBRAS

Os campos de petróleo da Petrobras são avaliados em mais de US\$ 4 bilhões

*Por Bloomberg*



**Foto : Divulgação**

A PetroRio planeja acessar os mercados acionário e de dívida para financiar a potencial compra de campos de petróleo da Petrobras avaliados em mais de US\$ 4 bilhões.

“A PetroRio precisará de financiamento”, disse o diretor-presidente da empresa, Roberto Monteiro, em entrevista. “Uma parcela será suprida por uma oferta follow-on no Brasil e outra da emissão de um bond nos Estados Unidos.”

Leia mais: Aquisição de Albacora e Albacora Leste aumenta em 120% a produção da PetroRio, diz Citi

A PetroRio venceu a licitação inicial para os campos de petróleo de Albacora e Albacora Leste da Petrobras, que a estatal disse que pode vender por mais de US\$ 4 bilhões. Mas as negociações para finalizar a venda estão em andamento, e a Petrobras ainda pode considerar outros interessados em uma rodada final de ofertas.

As ações da PetroRio subiram 18% na sexta-feira depois do anúncio de que estava em negociações exclusivas com a Petrobras. Monteiro espera uma decisão final no prazo de três a seis meses, e a conclusão da transação também dependeria de aprovação regulatória.

A aquisição mais do que dobraria a capacidade de produção de petróleo da PetroRio.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 08/11/2021**

## SUZANO VAI MONTAR MEGAFÁBRICA COM APORTE DE R\$ 19,3 BI

Projeto Cerrado, no MS, será maior linha única de produção de celulose de eucalipto do mundo e entrará em operação no segundo semestre de 2024

**Por Stella Fontes — De São Paulo**



**Walter Schalka, presidente: novo projeto, em MS, representa um marco em termos de competitividade em celulose — Foto: Claudio Belli/Valor**

Maior produtora de celulose de eucalipto, a Suzano vai se consolidar no topo da indústria global, em escala e competitividade, com o início de operação do Projeto Cerrado, no segundo semestre de 2024. Mediante investimento total de R\$ 19,3 bilhões, a companhia brasileira vai construir a maior linha única desse tipo de fibra em Ribas do Rio Pardo (MS), com capacidade de 2,55 milhões de toneladas anuais e o menor custo caixa de produção do mundo, inferior a R\$ 400 por tonelada no longo prazo.

Ao mesmo tempo em que eleva em mais de 20% a capacidade de produção de celulose da Suzano, para 13,45 milhões de toneladas anuais, o projeto contribuirá para o cumprimento de metas ESG e vai gerar valor mesmo em momentos mais ácidos de câmbio e preços. “É um projeto transformacional para o negócio de celulose, para o setor, para as comunidades”, disse ao Valor o presidente da Suzano, Walter Schalka.

Conforme o executivo, o mundo caminha para um novo modelo de negócios, mais sustentável, e a biomassa brasileira já é bastante competitiva. Com o Projeto Cerrado, acrescentou, a Suzano estará muito bem posicionada para explorar novas aplicações para a fibra. “O modelo futuro de negócios será de origem renovável e a COP26 mostra isso, apesar da resistência do modelo atual”, disse Schalka, que participará nesta semana da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

**Aproximadamente 75% do investimento total na megafábrica será feito em 2022 e 2023; início de operação no ano seguinte**

A companhia projeta crescimento de um dígito alto da demanda global de celulose de fibra curta nos próximos anos, garantindo a absorção da oferta adicional. Além da substituição da celulose de fibra longa pela fibra curta, a substituição de materiais de origem fóssil pelos de origem renovável suporta essa perspectiva.

A maior parte dos desembolsos relativos ao projeto vai ocorrer entre 2022 e 2023, totalizando 75% do investimento total de R\$ 19,3 bilhões - o aporte industrial corresponde a R\$ 14,7 bilhões



desse valor e R\$ 4,6 bilhões serão destinados às atividades florestais e logística, entre outras iniciativas. “Mesmo em um cenário de muito estresse, o projeto gera retorno”, disse o diretor de finanças, relações com investidores e jurídico da Suzano, Marcelo Bacci, considerando-se um intervalo de preços de celulose de US\$ 480 por tonelada a US\$ 600 por tonelada e câmbio entre R\$ 4,50 e R\$ 6.

Uma vez que a companhia tem sólida posição de caixa e é forte geradora de caixa - em 12 meses até setembro, o resultado operacional (Ebitda) ajustado da Suzano totalizou R\$ 21 bilhões, acima do valor que será investido até 2024 -, não há planos de contratação de financiamento específico para o projeto. A alavancagem financeira deve permanecer abaixo de 3,5 vezes, pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ao longo do período de investimento.

Nos 12 primeiros meses de operação, a nova fábrica produzirá mais de 2 milhões de toneladas de celulose, de acordo com o diretor operacional de celulose da Suzano, Aires Galhardo. Segundo o executivo, o projeto corresponde à maior linha única de celulose de eucalipto do mundo e terá o menor custo caixa de produção entre os ativos industriais da companhia, reflexo também do excedente de energia que será vendido. Inicialmente, esse custo será de até R\$ 500 por tonelada - para efeito de comparação, o custo caixa de produção da Suzano no terceiro trimestre ficou em R\$ 711 por tonelada, pressionado sobretudo pela alta das commodities

A fábrica de Ribas será ainda a mais eficiente da Suzano, devido ao baixo nível de emissão de carbono, e contará com tecnologia de gaseificação da biomassa para substituição de combustível fóssil nos fornos de cal.

Segundo o diretor florestal, logística e suprimentos Carlos Aníbal, a Suzano já garantiu 100% da madeira necessária para o início de operação e assegurou cerca de 90% das necessidades até 2030. Para atender ao Projeto Cerrado e a fábrica de celulose de Três Lagoas, a companhia conta com 600 mil hectares de base florestal em Mato Grosso do Sul. A distância média de apenas 65 quilômetros entre fábrica e floresta contribui para a elevada competitividade do Projeto Cerrado.

Conforme Aníbal, a celulose produzida na nova fábrica seguirá por rodovia até um terminal em Inocência (MS) e, de lá, seguirá por ferrovia até o porto de Santos. A companhia já tem um memorando de entendimentos com a Rumo referente a essa etapa do transporte e tem negociações em andamento com diversas companhias de navegação que já são prestadoras de serviço à empresa.

A unidade será autossuficiente em energia, gerada a partir de fonte renovável, e exportará para a rede um excedente de aproximadamente 180 megawatts (MW) médios, suficiente para abastecer uma cidade com 2,3 milhões de habitantes por um mês. No pico das obras, a estimativa é que sejam gerados cerca de 10 mil empregos diretos e milhares de empregos indiretos. Em operação, a fábrica empregará cerca de 3 mil pessoas.

*Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 08/11/2021*

## **AQUISIÇÃO DE ALBACORA E ALBACORA LESTE AUMENTA EM 120% A PRODUÇÃO DA PETRORIO, DIZ CITI**

Petrobras anunciou que iniciou negociações exclusivas com o consórcio formado pela PetroRio e Cobra pela venda da sua participação nos dois campos

*Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo*

A possível aquisição dos campos de Albacora e Albacora Leste vai criar valor para a tese de investimentos da PetroRio, diz o Citi. O banco americano destaca que a produção de petróleo da companhia aumentaria em cerca de 120% com a entrada dos ativos.

“Os dois campos produziram, em conjunto, 57,4 mil barris de óleo equivalentes por dia (boed) nos nove primeiros meses de 2021, contra 31,4 mil boed da PetroRio no mesmo período”, comentam os analistas Gabriel Barra e Andrés Cardona.



**Foto : Divulgação**

Eles destacam que a empresa terminou o terceiro trimestre com US\$ 200 milhões em caixa, e levando em conta o limite de 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização), a PetroRio teria que fazer uma emissão de ações para concretizar a transação.

Nesta sexta-feira (05), a Petrobras anunciou que iniciou negociações exclusivas com o consórcio formado pela PetroRio/Cobra pela venda da sua participação nos dois campos.

A estatal detém 100% de Albacora e 90% de Albacora Leste. Nos termos da oferta, PetroRio ficaria com 70% de Albacora e 100% de Albacora Leste.

O Citi tem recomendação de compra para PetroRio, com preço-alvo em R\$ 23, valor 16,5% menor que o fechamento da sexta-feira.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 07/11/2021**

## TRANSPORTE MARÍTIMO DEPENDE DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA REDUZIR EMISSÕES, DIZ SETOR

Representantes do setor dizem que, com as políticas atuais, o setor não está no caminho para cumprir a meta ambiental definida na COP26

**Por Associated Press — São Paulo**



**Foto : Ana Paula Paiva/Valor**

As principais empresas de transporte marítimo querem que os governos invistam mais em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas para ajudar a indústria a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.

O grupo representa empresas como MSC e Hapag-Lloyd. Eles manifestaram apoio a uma proposta da Organização Marítima Internacional de criação de um fundo de US\$ 5 bilhões para focar no

desenvolvimento de novas tecnologias.

Representantes da indústria se reunirão com ministros de governo na COP26, em Glasgow, na próxima semana. O setor de transportes marítimos é responsável por 3% das emissões globais.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 06/11/2021**

## COM LEILÃO BEM-SUCEDIDO, 5G FAVORECE ALTA DA PRODUTIVIDADE

A disputa eleitoral que se avizinha pode tumultuar o mercado de câmbio e trazer muita volatilidade às cotações



Demorou, mas saiu: o leilão para exploração da tecnologia 5G no Brasil, realizado na semana passada, foi bem-sucedido. O “valor econômico” do leilão chegou a R\$ 47,2 bilhões, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Este conceito considera não apenas os valores outorgas que as companhias vencedoras do certame pagarão e os investimentos a serem realizados ao longo do prazo de vigência dos contratos, mas também o que, potencialmente, outros setores da economia investirão para atender, por exemplo, a demanda das operadoras de 5G por equipamentos.

O uso da nova frequência é uma revolução tecnológica que promete mudar de maneira ampla a vida das pessoas, a chamada “internet das coisas” (IoT, na sigla em inglês) e a comunicação entre máquinas (M2M). Com capacidade e velocidade de transmissão de informações incomparavelmente maiores que as tecnologias existentes, espera-se que a tecnologia 5G crie chance histórica para o aumento da produtividade das economias.

No caso do Brasil, onde os custos de produção só aumentam devido ao tamanho e à ineficiência do Estado, a chegada da tecnologia será muito bem-vinda. Por essa razão, como o diabo mora nos detalhes, toda atenção quanto à regulamentação dos serviços e ao cumprimento, pelas concessionárias, das cláusulas dos editais de licitação é necessária para evitar o impensável - a disposição plena e viável da nova tecnologia apenas para grandes empresas e consumidores de alta renda.

Na indústria, onde o impacto potencial da tecnologia 5G foi batizada de “indústria 4.0”, a novidade é muito bem-vinda. O setor enfrenta no país estagnação de mais de uma década, devido à paralisação das reformas, à complexidade do sistema tributário e à imposição, pelo setor público de elevada carga tributária - de 34% do Produto Interno Bruto (PIB) -, as maior dos países em desenvolvimento. Isto, sem falar na baixa qualidade da mão de obra, nos gargalos de infraestrutura e no elevado custo financeiro, que impedem as empresas brasileiras de competir em igualdade de condições com seus concorrentes multinacionais.

Com a tecnologia 5G, máquinas automatizadas, robôs e todo sistema vão comunicar-se por meio de redes privadas. Nas residências, geladeira, fogão, torneira, câmeras de vigilância e outros dispositivos terão “chips” para executar funções programadas com o uso de redes 5G. O controle de estoque dos itens na geladeira, a função de ligar ou desligar um forno micro-ondas, a medição do consumo de água, tudo poderá ser realizado de maneira automática. Fornecedores dos equipamentos poderão ser informados de problemas e consertar eventuais problemas remotamente. Trata-se de cenário de filmes de ficção científica que as gerações anteriores ao surgimento da internet, na década de 1990, jamais sonharam conhecer.

O mesmo conceito pode ser levado a portos, aeroportos, usinas e outros negócios. No agronegócio, colheitadeiras e tratores autônomos vão poder se conectar por 5G. Sistemas recolherão em tempo real dados dos “chips” implantados em rebanhos. A tecnologia estará presente nas rodovias, transmitindo informações dos veículos e de cargas em trânsito. Nas cidades, impulsionará os dispositivos de inteligência, com monitoramento de tráfego, drones, gestão de ambulâncias etc.

Médicos poderão fazer cirurgias de maneira remota, com o auxílio de robôs na outra ponta, sem problema da latência. A manipulação de hologramas, na realidade virtual e aumentada, ajudará os estudos de medicina. As pessoas poderão se inserir virtualmente em um jogo de futebol e assistir às partidas de vários ângulos, posicionando-se ao lado de seus ídolos, como se estivessem presentes nos campos de futebol.

Tudo isso tem custo e não será uma realidade implantada da noite para o dia. Com o leilão concluído, haverá processo de homologação dos vencedores e a assinatura dos contratos, com as outorgas liberadas para as empresas vencedoras no começo de dezembro. As redes serão implantadas e ativadas a partir de 2022. Nas capitais, estará disponível para toda a população até 31 de julho de 2022. O consumidor precisará ter paciência. Não bastará ter uma operadora com

5G - será preciso comprar outro “smartphone”, este, compatível com as novas frequências. Do contrário, a navegação será feita em 4G.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 08/11/2021

### **PARA REDUZIR EMISSÕES, TRANSPORTE MARÍTIMO DEPENDE DE INVESTIMENTOS E NOVAS TECNOLOGIAS, DIZ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL**

Por *Valor, Valor* — São Paulo

As principais empresas de transporte marítimo querem que governos invistam mais em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas para ajudar a indústria a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. Segundo a agência Associated Press, a organização International Chamber of Shipping argumenta que, com as políticas atuais, o setor não está no caminho para cumprir a meta de atingir a neutralidade do carbono até 2050.



**Cruzeiro Celebrity Edge: setor de transportes marítimos é responsável por 3% das emissões globais**  
— Foto: Lynne Sladky/AP Photo

O grupo representa empresas como MSC e Hapag-Lloyd. Os interlocutores manifestaram apoio a uma proposta da Organização Marítima Internacional de criação de um fundo de US\$ 5 bilhões para focar no desenvolvimento de novas tecnologias.

Representantes da indústria se reunirão com ministros de governo na COP26, em Glasgow, na próxima semana. O setor de transportes marítimos é responsável por 3% das emissões globais.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 06/11/2021



### **G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO**

#### **BRASIL AUMENTA INCENTIVO A COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA CONTRAMÃO DE METAS POR CLIMA**

Dados compilados pelo Instituto de Estudos Econômicos (Inesc) apontam subsídios da ordem de R\$ 123,9 bilhões ao setor de óleo e gás.

Por *Camilla Veras Mota, BBC* — São Paulo

Os incentivos dados pelo Brasil a combustíveis fósseis em 2020 superaram os gastos do governo federal com Educação, conforme os dados compilados pelo Instituto de Estudos Econômicos (Inesc), organização sem fins lucrativos que monitora o orçamento público sob a perspectiva dos direitos humanos.

Somando subsídios diretos e indiretos, o total dado como incentivo a combustíveis fósseis foi de R\$ 123,9 bilhões, 25% mais do que em 2019, enquanto o orçamento da União para Educação no período foi de R\$ 113,2 bilhões, ainda de acordo com o estudo, que será divulgado nesta segunda-feira (08/11).

***“O Brasil trata pouco desse assunto [combustíveis fósseis]. O tema das mudanças climáticas está muito restrito à discussão sobre florestas, mas, dentro desse desafio, que é***

***gigantesco, também é preciso olhar para essas outras fontes de emissão [de gases poluentes]", diz a responsável técnica pelo estudo, Alessandra Cardoso.***

Ela chama atenção não apenas para o valor elevado dos subsídios, que acabam incentivando a indústria do petróleo em um momento em que mundo discute a emergência de se reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas para o fato de que muitos desses recursos não aparecem em dados divulgados pela Receita Federal ou pelo Ministério da Economia.

"Cerca de 89% do total, R\$ 110 bilhões, estão na categoria 'outras renúncias', que não aparecem em lugar nenhum — no Orçamento, nos dados da Receita. Ficam no limbo do debate público."

A compilação dos subsídios foi dividida em três categorias:

- Gastos tributários (R\$ 3,3 bilhões, 3% do total): nome técnico dado para os subsídios, na terminologia usada pela Receita Federal; inclui incentivos que beneficiam termelétricas e setores como o de gás natural, por exemplo.
- Gastos diretos (R\$ 10,8 bilhões, 8% do total): são transferências diretas de recursos públicos, feitas por meio de mecanismos como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que custeia anualmente um volume de compra mínimo de produtores de carvão.
- Outras renúncias (R\$ 110,57 bilhões, 89% do total): não são entendidas pela Receita Federal como gastos tributários, mas são vistos como subsídios por entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como é o caso do Repetro, programa de incentivo à indústria do petróleo que gerou perda de arrecadação de R\$ 50 bilhões em 2020, segundo os cálculos do Inesc.



***Regime que beneficia petroleiras está em vigor há 20 anos e foi postergado até 2040 — Foto: Divulgação***

### **Incentivos do Repetro**

Na avaliação de Cardoso, falta transparência sobre o custo do Repetro, cujos dados foram levantados pelo Inesc por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Vigente desde 1999, o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) inicialmente reduzia ou zerava uma série de impostos sobre a importação de máquinas, equipamentos e insumos usados na cadeia do petróleo. Em 2017, ele foi ampliado, passando a desonerar também produtos comprados no mercado interno, e renovado até 2040. Na prática, o regime diminui os custos de produção do setor de óleo e gás.

***"Ele foi pensado em um contexto muito diferente. Em 20 anos, o cenário mudou radicalmente. Hoje, a estrutura tributária é permeada por interesses muito fortes. A extensão e ampliação do Repetro teve como pano de fundo um lobby muito forte do setor e praticamente nenhum debate público", opina Alessandra.***

Em sua avaliação, se do ponto de vista ambiental o incentivo pode ser considerado anacrônico, do ponto de vista estritamente econômico ele também é questionável, já que diversos projetos, especialmente aqueles ligados aos campos do Pré-Sal — descoberto em 2007 e com uma produtividade alta — seriam rentáveis mesmo sem incentivos.

O estudo do Inesc destaca ainda que, apesar de a Receita Federal não entender as renúncias fiscais do regime como gastos tributários, a OCDE os considera subsídios a combustíveis fósseis. O Repetro foi citado em um relatório recente da organização, de julho de 2021, em que se

avaliava o progresso do Brasil na implementação de suas recomendações de revisão de performance ambiental.

### Brasil na OCDE

O documento destaca que, desde 1972, a OCDE promove o princípio do poluidor-pagador, por meio do qual os custos da degradação ambiental devem recair sobre as atividades responsáveis pelos danos. Nesse sentido, a recomendação aos países aderentes é de que "não concedam auxílio aos poluidores (...) por meio de subsídios, vantagens fiscais ou outras medidas, exceto em períodos transitórios bem definidos".

Há anos o Brasil tenta se tornar membro permanente da OCDE, vista como uma espécie de "selo de qualidade" que poderia atrair investidores e facilitar a costura de acordos de cooperação internacionais. No início deste mês, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que as "preocupações ambientais" estão entre os assuntos que têm dificultado a entrada do país na organização.



**Boa parte dos campos do pré-sal é rentável mesmo sem incentivos, diz Alessandra — Foto: Getty Images via BBC**

À reportagem, a Receita disse que o Repetro não deve ser visto apenas como um gasto tributário, e defende que o programa traz benefícios de longo prazo para a economia brasileira.

Em nota, a Receita disse entender "que não é possível, dado o desenho do nosso sistema tributário de referência, considerar o Repetro (e outros regimes aduaneiros especiais) como um gasto tributário. Isso se deve ao fato de utilizarmos em nossa classificação uma visão de efeito de longo prazo".

"Apesar de ser possível estimar-se, pela mera aplicação das alíquotas de PIS, Cofins, IPI e II sobre os valores importados uma renúncia potencial, esse cálculo superestima sobremaneira a renúncia, uma vez que não leva em consideração a possibilidade de que, em situações normais, o contribuinte gera crédito sobre os insumos. Apesar de, olhando pelo lado da importação, conseguirmos chegar a números similares aos do relatório da OCDE, o que faltou no relatório foi mostrar como seria o recolhimento dos tributos por uma empresa não beneficiária do Repetro, levando em conta o lado do creditamento e seu efeito de longo prazo", conclui a nota.

Procurado, o Ministério da Economia não se manifestou.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 08/11/2021



**AGÊNCIA BRASIL - DF**

**RIO DE JANEIRO E BNDES LANÇAM EDITAL DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO**

Certame é referente ao bloco 3 e atenderá 2,7 milhões de pessoas

Por Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O governo do estado do Rio de Janeiro e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgaram hoje (8) o edital da fase 2 da concessão do serviço de saneamento no estado, atualmente prestado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae).



Na nova fase do leilão, referente ao bloco 3, o vencedor do leilão deverá universalizar o fornecimento de água e tratamento de esgoto para mais de 2,7 milhões de pessoas em até 11 anos, de acordo com o novo marco legal do saneamento. O leilão está programado para 29 de dezembro na B3, em São Paulo.

Após nova rodada de negociações com os municípios que não aderiram ao primeiro leilão, o bloco 3 cresceu de sete para 21 municípios: Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itatiaia, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (Zona Oeste/AP-5), São Fidélis, São José de Ubá, Sapucaia, Seropédica, Sumidouro, Trajano de Moraes e Vassouras.

Os investimentos necessários para que sejam atingidos 99% de abastecimento de água e 90% de tratamento de esgoto na região são estimados em R\$ 4,7 bilhões. Somados com as outorgas, os recursos investidos vão gerar cerca de R\$ 7,3 bilhões para o estado durante os 35 anos de concessão, prazo idêntico ao dos outros três blocos licitados anteriormente.

O valor da outorga mínima é de R\$ 1,16 bilhão, com um total de R\$ 1,5 bilhão de outorga variável para os municípios em 35 anos. Além disso, também estão previstos R\$ 23,6 bilhões de investimentos em operação e manutenção ao longo da concessão.

### **Tarifa social**

Segundo o governo fluminense, não há previsão de aumento real de tarifas a serem cobradas. A tarifa social aplicada pela Cedae e destinada à população de mais baixa renda, que hoje é cobrada de 0,54% das unidades consumidoras, deverá ser expandida para até 7,5%. A tarifa social alcança hoje 13 mil pessoas, número que subirá para 136 mil pessoas.

O edital estabelece ainda investimentos mínimos para o Rio Guandu, de R\$ 1,1 bilhão nos cinco primeiros anos, para reduzir a poluição na bacia, além de investimentos de R\$ 354 milhões em favelas não urbanizadas na AP5 (parte da zona oeste da capital fluminense), com obrigatoriedade da continuidade da prestação do serviço.

Para o governador Claudio Castro, a concessão dos serviços de saneamento já está mudando a história do estado. “Conseguimos reunir mais municípios nesta segunda etapa, e agora mais pessoas serão beneficiadas com os serviços de saneamento. Nossa expectativa é que seja mais um sucesso, como na primeira fase. Serão mais investimentos e ainda mais pessoas beneficiadas”, disse Castro.

### **Fase 1**

Na fase 1 do projeto, em leilão realizado em abril deste ano, foram arrematados os blocos 1, 2 e 4, por mais de R\$ 22 bilhões, com ágio de 114%. O bloco 3, último a ser licitado, ficou sem oferta após a retirada da proposta do consórcio liderado pela Aegea, vencedora dos blocos 1 e 4, conforme permitido pelo edital.

Os contratos de concessão dos três blocos leiloados foram assinados em agosto passado. Em 1º de novembro, a concessionária Águas do Rio (Aegea) iniciou as operações na área de concessão dos blocos 1 e 4.

Considerando as duas fases, o projeto de saneamento do Rio de Janeiro deve gerar 45 mil empregos e investimentos de mais de R\$ 32 bilhões, beneficiando um total de 13 milhões de pessoas em 49 municípios, que representam 74,3% da população do estado. Nas duas fases, a concessão de saneamento vai gerar cerca de R\$ 85,6 bilhões em operação e manutenção durante os 35 anos de concessão.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 08/11/2021

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### PORTO DE NITERÓI OBTÉM LICENÇA AMBIENTAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07 Novembro 2021



A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) concluiu, junto ao Instituto Estadual de Ambiente (Inea), o processo de renovação do licenciamento ambiental da Licença de Operação (LO) para o Porto de Niterói, que se encontrava em análise desde 2017. A nova LO possui validade até 2027 e deixa o Porto de Niterói em conformidade com a legislação ambiental.

Segundo a superintendente de Sustentabilidade do Negócio da Autoridade Portuária, Gabriela Campagna, “com a obtenção da LO, as equipes de Responsabilidade Socioambiental e de Gestão de Riscos e Conformidade Operacional poderão desenvolver e fomentar atividades de monitoramento e fiscalização das condicionantes ambientais constantes no licenciamento, servindo como importante vetor de desenvolvimento e possibilitando atrair novos investimentos nesta área, sempre em busca da melhoria dos processos de gerenciamento ambiental e do alinhamento aos melhores padrões mundiais de sustentabilidade”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/11/2021

#### PORTO DE SUAPE PARTICIPA DO DESAFIO PRÓ-STARTUPS DA USINA PERNAMBUCANA DE INOVAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07 Novembro 2021



**Startups instaladas em Pernambuco têm até o dia 19 de novembro para se inscrever no programa**

O Porto de Suape está participando do programa Pró-Startups, iniciativa do governo de Pernambuco, por meio da Usina Pernambucana de Inovação. Podem participar startups instaladas no estado interessadas em desenvolver soluções inovadoras para diversos segmentos, inclusive o portuário. O desafio a ser solucionado para o atracadouro pernambucano é “Como podemos melhorar o monitoramento da área de

fundeio?”.

A ideia é ter mais ações inovadoras nas operações da torre de controle de Suape, o quarto maior porto público do país em movimentação de cargas. Neste local, é realizado todo o trâmite burocrático de atracação e desatracação de navios. As propostas vencedoras poderão ser financiadas no valor global estimado de R\$ 2 milhões, oriundos do Fundo Inovar-PE. Há desafios

em vários segmentos da cadeia produtiva e de serviços públicos, contemplando setores como agricultura, pecuária, indústria, polo gesseiro, contratações, saúde, etc.

“Queremos, cada vez mais, que as empresas de tecnologia se aproximem de Suape, para fomentar a construção de soluções inteligentes que agreguem mais eficiência e agilidade de quem faz parte do dia a dia da gestão portuária. Além de metodologias e conceitos de inovação, que aplicamos com os próprios colaboradores, vamos trazer pesquisadores, universidades e startups para participarem dessa ação colaborativa benéfica para o desenvolvimento econômico do estado. Isso aumenta a competitividade do porto e gera mais oportunidades de negócios e empregos”, afirma o diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão.

O primeiro resultado será divulgado em 3 de dezembro e as 10 propostas vencedoras devem ser conhecidas em maio de 2022. A Usina Pernambucana de Inovação é o hub da área no setor público estadual de Pernambuco, com foco em maior efetividade dos serviços, focando na sustentabilidade da renda e emprego, no desenvolvimento da economia e no bem-estar da população em geral.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 08/11/2021*

## COP26: MAERSK SE JUNTA À FIRST MOVERS COALITION

*Da Redação NAVEGAÇÃO 07 Novembro 2021*



**Ao lado de marcas globais como Amazon e Apple, o grupo A.P. Moller-Maersk é membro fundador da coalizão**

O Fórum Econômico Mundial anunciou a criação da First Movers Coalition, que consiste em uma plataforma para as empresas assumirem compromissos de compra que criam uma demanda por tecnologias de baixo carbono. Marcas globais como Amazon e Apple e Maersk anunciaram adesão à coalizão. A iniciativa é uma

parceria público-privada entre o Departamento de Estado dos EUA, por meio do Enviado Presidencial Especial para o Clima, John Kerry, e o Fórum Econômico Mundial.

Os membros usarão seu poder de compra global para criar novos mercados para essas tecnologias emergentes. Esses novos sinais de demanda capacitam os fornecedores a desenvolver e dimensionar suas inovações até 2030, ajudando a atingir as metas de emissões globais.

“Ainda temos um longo caminho a percorrer, mas é muito animador ver que a bola está rolando. Estou muito contente por nós da Maersk em aderir a uma iniciativa tão forte e ver as empresas líderes em setores difíceis de abater assumirem compromissos de zero líquidos ousados. Isso é o que é necessário para impulsionar uma ação climática real nesta década”, destaca o CEO do departamento de Frotas e Estratégias da Maersk, Henriette Hallberg Thygesen, que na presença da presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, e do presidente dos EUA, Joe Biden, assinou a iniciativa e firmou o compromisso da empresa na cúpula da COP26 em Glasgow, Escócia.

A First Movers Coalition criará um impacto de longo prazo, impulsionando marcos nesta década por meio de investimentos em soluções tecnológicas em oito setores-chave.

“A tecnologia nos deu as ferramentas para reduzir nossas emissões e construir uma economia do futuro mais forte e inclusiva. Para que inovadores e investidores façam sua parte no enfrentamento da crise climática, eles precisam de uma demanda de mercado clara. A First Movers Coalition alavancará o poder de compra coletivo das empresas líderes e impulsionará a

necessidade dessas tecnologias. Peço aos líderes empresariais que trabalhem conosco e sejam os modelos que mantêm vivos nossos objetivos climáticos”, destaca o presidente do Fórum Econômico Mundial, Borge Brende.

Sete dos setores escolhidos – aço, cimento, alumínio, produtos químicos, transporte marítimo, aviação e transporte rodoviário – respondem por mais de um terço das emissões globais de carbono, mas não têm alternativas de energia limpa com custo competitivo para os combustíveis fósseis. O oitavo, referente à captura direta de ar, poderia reduzir os níveis de dióxido de carbono na atmosfera para ajudar a atingir as emissões globais líquidas zero, mas também requer inovação tecnológica para atingir a viabilidade comercial.

O enviado presidencial especial dos EUA para o clima, John Kerry, destacou que “a First Movers Coalition é uma plataforma para que as empresas globais líderes no mundo assumam compromissos de compra para criar mercados iniciais para tecnologias críticas necessárias para atingir zero líquido até 2050”.

“Nesta década crítica, não precisamos apenas implantar o mais rápido possível tecnologias de energia, como turbinas eólicas, painel solar e armazenamento de bateria, mas também impulsionam a inovação para nossos objetivos de descarbonização de longo prazo”, conclui.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 08/11/2021*

## ALTO CUSTO COM FRETE DE CONTÊINERES ALAVANCA USO DE BIG BAGS

*Da Redação NAVEGAÇÃO 07 Novembro 2021*



O agronegócio brasileiro está sendo impactado pela alta nos preços dos fertilizantes, devido à redução da oferta de matéria-prima — insumos como cloreto de potássio, ureia e fosfato — importados de países como Rússia, Canadá e Marrocos.

Para reduzir custos de transporte e manter a integridade do produto que chega para o plantio, produtores rurais e cooperativas ampliam o uso de big bags. “É importante garantir mais qualidade ao produto que vem para o Brasil, pensando também na qualidade com que ele vai chegar até a cooperativa que faz a distribuição destes fertilizantes”, diz Leandro Klaus, gerente da Delta Porto, empresa especializada em movimentação de big bags e que atua no Porto de Paranaguá (PR).

O Brasil, 4º maior consumidor de fertilizantes do mundo, depende do mercado externo para abastecimento. De acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), logo no primeiro semestre de 2021 os agricultores brasileiros utilizaram 23,8 milhões de toneladas de fertilizantes, sendo 20 milhões só de produtos importados. Em 2020, 85% dos fertilizantes utilizados no Brasil também foram importados de outros países.

A adoção dos big bags oferecem atualmente redução de custos — a recente alta no preço de frete marítimo de contêineres foi um fator determinante para a maior procura por embarques de big bags em navios break bulk. A escassez de contêineres exigiu soluções no transporte marítimo do mundo todo, resultando na busca por redução de custos e maior competitividade.

Os big bags são feitos de materiais de alta durabilidade e resistência, comportando até 2 mil quilos de carga por embalagem.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 08/11/2021*

### RICARDO FALCÃO É RECONDUZIDO À PRESIDÊNCIA DA PRATICAGEM

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07 Novembro 2021



O prático Ricardo Falcão, da Zona de Praticagem 1 (Fazendinha-AP/Itacoatiara-AM), foi reconduzido por unanimidade para novo mandato de dois anos à frente do Conselho Nacional de Praticagem. O prático Bruno Fonseca, da ZP 5 (Ceará), foi eleito vice-presidente na mesma chapa para o biênio 2022-2023.

A assembleia, realizada no dia 4 de novembro no Rio de Janeiro, também confirmou os nomes da próxima Diretoria Executiva da entidade. O prático Marcio Fausto, da ZP 18 (São Francisco do Sul-SC), será o diretor técnico. Já o prático Marcello Camarinha, da ZP 15 (Rio de Janeiro), assumirá como diretor administrativo, enquanto o prático Marcos Martinelli, da ZP 3 (Pará), será o diretor financeiro.

Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os práticos Alessandro Schmidt, da ZP 9 (Pernambuco); Everton Schmidt, da ZP 15 (RJ); e Ivan Ricci, da ZP 19 (Rio Grande-RS). Os suplentes serão os práticos Porthos Lima, da ZP 15; Siegberto Schenk, também da ZP 15; e João Bosco, da ZP 19.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/11/2021

### ARTIGO - O PROGRAMA BR DO MAR

Por Najla Buhatem Maluf OPINIÃO 07 Novembro 2021



A infraestrutura, o transporte e a logística são imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer país e seu comércio exterior. No entanto, há a necessidade de integração entre todos os modais: marítimo, ferroviário, terrestre e aeroviário. O Brasil, com sua dimensão continental e, aproximadamente 8 mil km de costa, tem como primordial o modal marítimo, com 95% do comércio exterior passando pelos portos. No entanto, apenas 11% da carga total de transporte dentro do território brasileiro é feito por meio da cabotagem, que é o transporte de cargas por meio

marítimo de um porto a outro no mesmo país. Os outros 89% são feitos por transportes ferroviários e terrestres.

Encontra-se em trâmite no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) 4.199/2020, que estimula e amplia a cabotagem, também conhecido como o programa BR do Mar, que tem por um de seus objetivos equilibrar a matriz de transportes. Além disso, o texto promete reduzir o ICMS do bunker (combustível dos navios da cabotagem) e também aumentar a concorrência com maior oferta de embarcações, minimizando os custos, tempo de trânsito e riscos existentes no modal rodoviário.

A importância do transporte marítimo para o país é enorme, pois além de 95% do comércio exterior ser feito por via marítima, vale notar que 80% das cargas movimentadas mundialmente é por este modal. Merece atenção também, investimentos no transporte hidroviário, que no Brasil não é dada a devida importância. São 44 mil km de vias navegáveis, dos quais menos de 30% da malha é utilizada, mesmo apresentando capacidade para transportar mais volumes e ter custos menores em relação a outros modais.

As regiões produtoras incluindo o Centro-Oeste, terão a ganhar com uma matriz mais equilibrada, considerando a expansão do agronegócio, que é também um dos pilares do BR do Mar. Além disso, o programa contempla outros benefícios como a possibilidade de docagem em estaleiros

brasileiros, para reparos e proporcionar o aumento da vida útil das embarcações. O PL, apresenta alguns pontos controversos para as empresas que operam na cabotagem quando indica a possibilidade de serem constituídas EBNs (empresas brasileiras de navegação) sem que tenham embarcação própria, conforme é exigido na Lei 9.432/1997. Outro item é a obrigatoriedade do emprego de mão de obra em navios estrangeiros. Há proposta de que seja aplicado ao texto a composição de um terço da tripulação por brasileiros e não, de dois terços como previsto inicialmente, seguindo as regras trabalhistas do país.

Está previsto também o afretamento de navios a Tempo ou a Casco Nu. A Tempo são os navios já equipados e em condições e a casco nu, aqueles em que não há tripulação. Ambos por tempo determinado.

No entanto, um estudo de 2019, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), aponta que é preciso melhorar a infraestrutura as políticas públicas e também, eliminar os gargalos para o desenvolvimento da cabotagem nacional como o excesso de burocracia, alta carga tributária, previsibilidade e regularidade nos transportes, vinculação na indústria de cabotagem e previsibilidade regulatória a longo prazo.

Considerando esses aspectos, o projeto de lei do programa BR do Mar visa a ampliação de ofertas de navios brasileiros e estrangeiros na cabotagem, o incentivo e a competitividade para serviços no modal marítimo. Além de maior equilíbrio na matriz de transportes, melhor distribuição de carga e custo. O projeto de lei deverá ainda ser encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), pela Comissão de Agricultura e pela Comissão de Infraestrutura e Transportes e após isso será encaminhado para votação no plenário.



***Najla Buhatem Maluf, especialista em direito marítimo e comércio exterior, professora da Maritime Law Academy (MLaw) e sócia do Rachid Maluf Advs***

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 08/11/2021

## CRUZEIROS AQUECEM A ECONOMIA CARIOCA NA TEMPORADA 2021/2022

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07 Novembro 2021



A partir de dezembro, o Pier Mauá receberá 25 navios com aproximadamente 170 mil pessoas

A temporada de cruzeiros no Rio de Janeiro terá início no dia 4 de dezembro no Pier Mauá, com o navio "MSC Preziosa", e termina em maio de 2022 com o "Navigator of the Seas".

Para a temporada 2021/2022 são esperados no Pier Mauá 25 navios, com aproximadamente 170 mil passageiros. Antes da COVID-19 a expectativa para o porto do Rio era de receber 400 mil turistas

entre novembro de 2020 e abril de 2021, o que não aconteceu. Na temporada 2019/2020 foram mais de 357 mil pessoas desembarcando no período de 20 de outubro de 2019 a 15 de março de 2020, sem contar os embarques. No total o movimento no Pier Mauá fechou com 100 atracações e 32 navios, dos quais 24 internacionais e oito nacionais. Seis deles vieram ao Rio de Janeiro pela primeira vez.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 08/11/2021



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 174/2021  
Página 62 de 62  
Data: 08/11/2021  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)).

Fonte : InforMS  
Data : 20/04/2006